

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA

A CONTRIBUIÇÃO DE CALVINO NA ADMINISTRAÇÃO DA
ECONOMIA DE GENEVRA NO SÉCULO XVI E SEU IMPACTO NO
MUNDO CONTEMPORÂNEO

São Paulo
2008

ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA

A CONTRIBUIÇÃO DE CALVINO NA ADMINISTRAÇÃO DA
ECONOMIA DE GENEVRA NO SÉCULO XVI E SEU IMPACTO NO
MUNDO CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa

São Paulo

2008

O48c Oliveira, Antonio José

A contribuição de Calvino na administração da economia de Genebra no Século XVI e seu impacto no mundo contemporâneo/
Antonio José Oliveira - 2009.
76 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.
Bibliografia: f. 85-86.

1. Calvino 2. Reforma Protestante 3. Economia 4. Administração
5. Genebra 6. Século 16 I. Título

BX9418
CDD 284.2

ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA

A CONTRIBUIÇÃO DE CALVINO NA ADMINISTRAÇÃO DA
ECONOMIA DE GENEBRA NO SÉCULO XVI E SEU IMPACTO NO
MUNDO CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Caldas Filho
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Terezinha Otaviana Dantas da Costa
UNIC Consultoria Educacional e Coordenadora da UNICIDADES

À minha esposa e filhos, pelo constante apoio e incentivo; aos meus pais, pela constante demonstração de carinho e suporte na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador e soberano sobre todas as coisas, pela providência que me foi dada, pela força que me concedeu, permanecendo ao nosso lado em todos os momentos decorridos no desenvolvimento deste trabalho.

À minha esposa Fátima e filhos, Abner e Juliana, que entenderam a minha abdicação do tempo que lhes reservei, em razão do cumprimento deste trabalho como condição necessária para a minha formação e titulação.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e, em algumas vezes, me ajudaram financeiramente em minhas necessidades durante este projeto.

Ao Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa, meu estimado e eterno mestre, além de fiel amigo, que sempre me incentivou na busca do conhecimento, por meio do seu exemplo como estudioso e pesquisador.

À Igreja Nova Jerusalém, igreja que estou pastoreando atualmente, que com todo o amor e carinho dos irmãos que lá congregam, estiveram orando e colaborando comigo nesta jornada.

Ao Presbitério de Guarulhos, dileto concílio, que me apoiou e colaborou com suas orações.

Ao Mackpesquisa, programa de auxílio aos estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que me ajudou financeiramente para que este trabalho pudesse ser realizado.

À Igreja Presbiteriana do Brasil, igreja que aprendi a amar e servir, que me proporcionou bolsa integral junto a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O conhecimento de todas as ciências não
passa de fumaça quando separado da
ciência celestial de Cristo. (João Calvino)

RESUMO

Aborda a evolução do sistema econômico em três momentos da história, e as contribuições realizadas pelo reformador João Calvino, na economia de Genebra do século XVI. Para isso, utiliza-se uma abordagem da economia Medieval em seu sistema primitivo de economia. Passa pelos pontos da Reforma Protestante, apresentando as formas e as causas que levaram os reformadores, mais especificamente Calvino, a contribuírem para a elaboração de um sistema econômico mais eficiente e justo, tomando como base as Escrituras Sagradas. Apresenta, em seu final, as discrepâncias do sistema capitalista atual com os pressupostos dos reformadores, verificando-se que o distanciamento que o sistema econômico atual se encontra com os postulados dos reformadores.

Palavras-chave: Calvino, Reforma Protestante, Economia, Administração, Genebra, Século 16.

ABSTRACT

It approaches the evolution of the economic system in three moments of the history, and the contributions fulfilled by great reformer John Calvin, in the Economic Geneva of 16th century. For this, it uses a approach of Medieval economic in its primitive system of economic. It across for point of Protestant Reformation, presents the forms and causes to take the reformers, more specify Calvin, to help for elaboration of the economic system more efficient and just, it takes like base the Holy Scriptures. Present, at the end, the differences, it is checking what the distances of current economic system is standing as the reformers' studies.

Keywords: Calvin , Protestant Reformation, Economic, Administration, Geneva, 16th Century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	14
1. O Mundo Medieval	14
1.1 Introdução ao Panorama Social e Econômico.....	14
1.2 Os Elementos da Economia Feudalista	14
1.3 O Comércio no Sistema Feudal	16
1.4 As Características Sócio-Econômicas no Feudalismo	17
1.5 A Usura e a Igreja	18
1.6. Surge uma nova classe: os mercadores	22
1.7. A Formação das Grandes Fortunas Capitalistas.....	26
CAPÍTULO 2	27
2.1 A economia de Genebra após a reforma do século XVI e as contribuições de Calvino.....	26
2.1.1 A Reforma Protestante e as questões econômicas	27
2.1.2 Quem foi João Calvino?.....	30
2.1.3 O humanismo de Calvino.....	34
2.1.4 A economia de Genebra do século XVI	36
2.2 As contribuições de Calvino na Economia de Genebra	39
2.2.1 Acerca do Dinheiro e da Propriedade	40
2.2.3 O Trabalho e o Salário	45
2.2.4 O Comércio do Dinheiro - Os Juros	48
2.2.4 A Cobrança de Impostos.....	50
2.3 Calvino e o Acúmulo de Capital	52
2.3.1 A Condenação sobre a Riqueza	52

2.3.2 O Propósito de Deus sobre a Riqueza.....	53
2.3.3 O Propósito de Deus sobre a Pobreza.....	55
CAPÍTULO 3	59
3.1 Elementos básicos da economia contemporânea	59
3.2 O Capitalismo: Princípios Teóricos	61
3.3 Calvino e o modelo capitalista.....	63
3. 4 Controvérsias sobre o pensamento de Calvino.....	65
3.5 O Pensamento Econômico e Social de Calvino e o Mundo Contemporâneo: Outras Considerações	69
Conclusão	73
Referência Bibliográfica	75

Introdução

No dia 11 de setembro de 2001 o mundo pode observar a tragédia acontecida nas Torres Gêmeas (Twin Towers). Dois aviões se chocaram, propositalmente, contra elas. Esses choques foram provocados por ações terroristas. A partir desse evento, as diversas sociedades, das diversas nações, puderam comprovar a fragilidade de uma nação que se julgava indestrutível.

Da mesma forma, podemos observar essa fragilidade também no sistema econômico. O mundo atual passa, e continuará passando, por processos de crises econômicas. Essas crises, na maioria das vezes, são provocadas por fatores conhecidos, mas que na maioria das vezes estão ligados por fatores incontroláveis. Entretanto, em outras oportunidades, essas crises têm endereço certo. Vemos a avidez de uma sociedade gananciosa onde o importante, hoje, é ter e não mais o ser. A injusta distribuição das riquezas e a busca frenética pelo lucro, tem colaborado na formação de bolsões de miséria e no ativo crescimento dos necessitados.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma visão desses fatores econômicos, bem como sua administração e sistemática, em três momentos da História. O primeiro, abordado no Capítulo 1, trata do período chamado Feudal, Idade Média, onde busca apresentar primórdios de um sistema econômico, não tanto eficiente, mas que na verdade a sociedade, dessa época, estava presa. Tal sistema controlado pelo clero era, na verdade, uma fonte de interesses de um pequeno grupo, não levando em conta as necessidades da sociedade e, portanto, seu progresso.

O segundo momento, abordado no Capítulo 2, já trata do período da implantação da Reforma Protestante. De fato, esse movimento deu a oportunidade de se rever e fazer reformulações em todas as áreas das ciências. Por isso, não poderiam deixar de fora uma nova cosmovisão econômica. Para isso, temos as valiosas colaborações do grande reformador João Calvino. Seu trabalho intenso na Genebra do século XVI foi o estopim para a criação de um novo sistema econômico baseado

nas Escrituras Sagradas, na tentativa de tornar, assim, a sociedade mais justa e progressista.

Por fim, o terceiro capítulo, deste trabalho, aborda algumas questões relativas as colaborações dos reformadores, confrontando com as atividades econômicas atuais. Nesse sentido, buscou-se trabalhar com a formação do capitalismo moderno, o qual está longe daquilo que a nova economia, projetada e implantada pelos reformadores, requeria.

CAPÍTULO 1

1. O Mundo Medieval

1.1 Introdução ao Panorama Social e Econômico

A maneira de se fazer negócios e a geração de riquezas vêm, através dos séculos, desenvolvendo-se e, de certa maneira, tornando-se atividades cada vez mais complexas. Em consequência delas, a acumulação de riquezas e o processo de consumo desenfreado tornam-se marcas, ou evidências, de uma cultura capitalista selvagem e predatória, na qual os ricos procuram ser mais ricos, por meio da construção ou de uma expansão da sua rede de relacionamentos em negócios e investimentos, e por que não dizer, pela exploração da mão-de-obra disponível, inculta e barata; e os pobres cada vez mais pobres, pela falta de oportunidades educacionais e, conseqüentemente, laboriais, terminando por fazer parte de uma camada desfavorecida e explorada pelos mais ricos.

No entanto, surge uma pergunta: onde começou tudo isso?

A história nos mostra que esse processo começou desde os primórdios da humanidade. Porém, aqui, partiremos da Idade Média, mais especificamente no período feudal, para contarmos esta história.

1.2 Os Elementos da Economia Feudalista

Nos dias de hoje, a riqueza de um homem pode, em tese, ser medida pelos bens patrimoniais e pecuniários que ele possui. Além disso, a riqueza está também envolvida pela capacidade de investimento na produção para, desta maneira, buscar gerar mais riqueza por meio do lucro. Entretanto, no período medieval, principalmente no dos feudos, a riqueza de um homem era medida pela quantidade de terras que ele possuía. Assim, a conquista de terras era feita por meio das

guerras, portanto não é demais dizer que o período feudal tenha sido considerado o período das guerras.

O sistema social no período feudal era composto de pelo menos três classes: o nobre ou senhor – aquele que era o dono, guardião e possuidor das terras, além de protetor de seus subordinados; os vassalos ou servos – que trabalhavam para o nobre, no sentido de obterem em troca: trabalho, proteção e abrigo; e os soldados ou guerreiros – que também faziam parte da vassalagem, mas eram treinados e armados para quando, em caso de guerra, tivessem de defender o nobre e também os servos.

Nesse sistema simples, não havia um comércio desenvolvido. As intensas formas de comércio na época romana são agora quase inexistentes.¹ O cultivo da terra era praticamente para a subsistência do feudo. Os servos possuíam alguns deveres para com o seu senhor em troca do uso da terra. O historiador Leo Huberman (1981, pp.18 e 19) narra alguns deles:

Os arrendatários não podiam dispor da terra como desejassem, pois tinham que obter o consentimento de seus senhores, e pagar certos impostos, se a transferissem para outro [...] Se um arrendatário morria e o herdeiro não completara a idade para entrar em posse da herança, então o senhor tomava conta da terra, até que ele atingisse a maioridade... Os herdeiros mulheres tinham que obter o consentimento do senhor para casar [...] Esses eram alguns dos deveres a que um vassalo estava obrigado para com o seu senhor feudal em troca da terra e da proteção que recebia.

Mas não eram apenas os nobres que possuíam terras, a Igreja também foi a maior proprietária no período feudal e, para isso, não precisava de muito esforço para consegui-las. Uma das formas era em razão de que muitos nobres, quando estavam às portas da morte, buscavam, através de atos benevolentes, os favores divinos de uma morte tranqüila e de um lugar especial onde queriam passar a eternidade e, para isso, eram orientados pelo clero a doarem suas terras à Igreja. Uma outra destacava que, tradicionalmente, quando um rei ou nobre ganhava uma guerra e se

¹ BIÉLER, André. *O Pensamento Econômico e Social de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1990, p. 207.

apoderava das terras dos derrotados, este doava parte dessas terras à Igreja. Com isso, a Igreja aumentava consideravelmente suas propriedades, chegando a possuir mais de um terço de todas as terras da Europa Ocidental.

Outra questão que deve ser considerada sobre as propriedades da Igreja, é que existia uma forte razão porque se proibia o casamento dos padres: os chefes da Igreja não queriam arriscar-se de perder seus bens em detrimento dos possíveis herdeiros que pudessem surgir.² Dessa forma, conserva-se o celibato como garantia de que não haveria tais riscos.

1.3 O Comércio no Sistema Feudal

O sistema comercial no período feudal era bastante arcaico e quase primitivo. As pessoas “compravam” (se é que podemos chamar assim), por meio de trocas, aquilo que precisavam para atender as suas necessidades. Dessa forma, se alguém precisasse de um casaco de lã, por exemplo, e tivesse um boi para trocar por ele, esse “consumidor” precisaria encontrar alguém que estivesse necessitando de um boi e que tivesse um casaco de lã para trocar com ele. O dinheiro, portanto, era quase inexistente para o comércio. Além disso, o acesso ao capital, também era para poucos.

A Igreja, no entanto, possuía seus cofres abarrotados de ouro e prata. Esses valores permaneciam guardados e, portanto, estáticos, sem utilidade comercial. O dinheiro da Igreja não podia ser usado para investimento no sentido de multiplicar sua riqueza, exceto para comprar enfeites para os altares. Da mesma sorte, o capital dos nobres estava nessa mesma situação, ou seja, não havia saída para ele, pois o comércio não se servia desse capital. Assim, todo o capital, tanto do clero quanto dos nobres, permanecia improdutivo.

Da mesma forma, havia outros obstáculos que freavam o sistema comercial feudal. Além da escassez monetária, as moedas que existiam não obedeciam a um padrão monetário. Elas variavam de região para região. O transporte de mercadorias era

² HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 17 Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 23.

outro problema. As estradas eram mal conservadas e perigosas. Adicionando-se a todos esses problemas, o sistema métrico era também bastante problemático, pois, a medição do peso dos produtos variava de lugar para lugar. Assim, por todos esses motivos assinalados, o comércio feudal era bastante ineficiente e conseqüentemente pequeno.

1.4 As Características Sócio-Econômicas no Feudalismo

Podemos dizer que, em especial no período feudal do século IX, temos uma sociedade essencialmente rural. Nesse aspecto, a sociedade feudal se compunha basicamente dos proprietários de terras, tais como os nobres, o clero e a grande maioria formada pelos camponeses. Dessa forma, quem detinha a propriedade da terra era dono da liberdade e poder, enquanto aqueles que eram desfavorecidos nesse aspecto ficavam reduzidos à servidão.³

Nessa escala hierárquica social, a Igreja ocupava um papel preponderante. Da mesma maneira que detinha a posição mais alta na escala da sociedade, era também a mais influente nas questões morais. Além disso, a Igreja não só ocupava o poder e influência na sociedade, mas também tinha em suas mãos o poder econômico. Esse poder era conseguido não só pelas contribuições de seus fiéis, mas também pela exclusividade da disponibilidade desse dinheiro para fornecer empréstimos para os leigos mais necessitados. Aliás, a cultura e a educação eram acessíveis, também, apenas para o clero. Reis e nobres eram forçados a recrutar, do meio do clero, seus representantes e diplomatas, em razão da ignorância e do analfabetismo que permeava toda a sociedade da época.⁴ Portanto, vemos nesse aspecto uma sociedade estática, onde o camponês estava reduzido a uma condição escrava, enquanto o nobre e a Igreja se beneficiavam dessa condição servil. Sobre isso, o Dr. Hermisten M. P. Costa, citando o historiador Henry Perinne, assevera sobre o pensamento da Igreja Medieval:

³ PIRENNE, Henry. *Historia Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963, p. 17.

⁴ Id. p. 18.

A finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que, desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal que toda a sociedade deve aspirar. Procurar a riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial.⁵

1.5 A Usura e a Igreja

Outro ponto interessante acerca das relações sociais no período medieval é que a Igreja não permitia a usura. “A usura é a arrecadação de juros por um prestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos”.⁶ Tal termo, portanto, se torna proibido, sendo considerado, até nos dias atuais, como uma palavra pejorativa.

Entretanto, podemos obter uma explicação plausível sobre isso. A reprovação da usura pela Igreja conservava aspectos bem significativos da sociedade da época, como escreve Henry Pirenne:

A reprovação da usura [...] é muito natural e, naqueles séculos em que cada latifúndio se bastava a si mesmo e constituía normalmente um mundo fechado, nada podia ser mais benéfico, se pensarmos que somente a fome obrigava a pedir emprestado e, portanto, tivesse tornado possível todos os abusos da especulação, da usura, do açambarcamento, em suma, da tentadora exploração da necessidade, se a religião não os tivesse explicitamente condenado. É evidente que a teoria dista muito da prática. Os próprios mosteiros, amiúde, infringiram os preceitos da Igreja.⁷

De fato, a usura se tornou um dos grandes problemas para a Igreja a partir do século XIII. O início de uma maior intensificação nas relações comerciais tornou-se um grande perigo para a Igreja, no sentido de que, nessas relações, o capital começa a se tornar peça importante. Sobre isso, o historiador Jacques Le Goff (2004, p.10) diz que “o impulso e a difusão da economia está prestes a formar o

⁵ COSTA, Hermisten M. P.. *Raízes da Teologia Contemporânea*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 33.

⁶ LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média*. 3. Impressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 18.

⁷ PIRENNE, Henry. *Historia Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963, p. 19-20.

capitalismo que, para se desenvolver, necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja". E como então a Igreja buscou tratar com esse problema?

Em primeiro lugar, devemos considerar que uma das principais providências que a Igreja tomou na época, foi erradicar a prática dos empréstimos a juros, considerando a usura um "pecado". Tal providência tinha certa lógica por parte da Igreja. A sociedade medieval, como abordado, tinha uma rigidez bem clara no que tange às classes sociais às quais o camponês jamais chegaria à condição de nobre. O poder pairava sobre aqueles que detinham grandes propriedades. Entretanto, tal situação poderia se alterar pela prática dos empréstimos lucrativos. Justificando essa afirmação, Le Goff narra que, no século XIII, o Papa Inocêncio IV temeu o fato de que muitos camponeses se tornaram usurários atraídos pelos grandes ganhos que a usura poderia proporcionar. Dessa forma, continua o historiador, tal atração poderia produzir uma ameaça do recuo da ocupação do solo e da agricultura e, com ela, o espectro da fome⁸. Dessa maneira, os nobres e a própria Igreja perderiam, de suas fileiras, a mão-de-obra servil em suas terras. Sobre isso, novamente Le Goff (2004, p.38) é incisivo quando diz que "*no tempo de Francisco de Assis e da senhora Pobreza, a verdade é que os pobres são desprezados e a usura pode ser um meio de ascensão social que o espantinho do Inferno permite refrear*".

Na tentativa de controlar a prática da usura, a Igreja Medieval desenhava o usurário como um criminoso. Nas homilias, os pregadores utilizavam figuras para expor o usurário como alguém perverso e incrédulo. Le Goff (2004, p.33) coloca bem um desses exemplos:

Na escultura romântica, a partir do século XIII, um personagem é mostrado como criminoso e exibido no pelourinho: o usurário. Essa publicidade lhe assegura, entre as figuras do mal, um relevo particular. Faz com que ele encontre nesse tesouro de maus exemplos, das anedotas terríficas e salutares, que a pregação introduz no imaginário coletivo dos cristãos. O usurário é um dos heróis favoritos dessas histórias tecidas de maravilhoso e cotidiano, os exemplos, com os quais os pregadores, [...], recheavam seus sermões. É o homem da bolsa.

⁸ PIRENNE, Henry. *Historia Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963, p. 25.

Os usurários cristãos, portanto, considerados pecadores por suas práticas de empréstimos a juros, estavam condenados a enfrentarem os tribunais eclesiásticos, “*deixando a Deus o cuidado de puni-los com a danação*”⁹.

Mas que tipo de pecado esse usurário cometia?

A Igreja entendia que, em primeiro lugar, o usurário pecava contra a natureza querendo fazer dinheiro gerar dinheiro. Isso era, na época, contra os princípios divinos. Para isso, se fundamentavam em alguns textos da Sagrada Escritura, tais como: Êxodo 22:24; Levítico 25:35-37; Deuteronômio 23:20. Em segundo lugar, o pecado do usurário estava também no fato de que ele vendia o tempo, ou seja, o usurário usava o tempo a seu favor no sentido de cobrar pelo período em que seu dinheiro estava sendo utilizado pelo devedor. Nesse caso o clero entendia que o tempo pertencia apenas a Deus e, por esta razão, ninguém poderia usar o tempo a seu favor. E, por último, o pecado da usura se encontrava depositado sobre o lucro sem nenhum trabalho, contrariando, portanto, o mandamento divino “Comerás teu pão com o suor de teu rosto”. Por tais motivos primários, a Igreja Medieval se firmava e lutava contra essa prática, a qual considerava licenciosa e imoral.

Entretanto, com o grande desenvolvimento econômico, a partir do século XIII, intensificou-se e, ao mesmo tempo, multiplicou-se o número de usurários cristãos. Dessa forma, a Igreja passa, então, a tolerar a usura, desde que a cobrança de juros fosse feita de forma justa, ou seja, obedecendo as regras do mercado (lei da oferta e procura). “*Com efeito, a usura parece não ter sido habitualmente reprimida quando não ultrapassava a taxa de juros praticada nos contratos em que era tolerada*”¹⁰.

Porém cabe, aqui, ressaltar um aspecto importante. Se a usura era pecado, como que a Igreja poderia conviver com essa situação? Como a Igreja trataria com esses usurários agora? Existiria esperança para esses pecadores? Parece-nos ser uma

⁹ PIRENNE, Henry. *Historia Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963, p. 36.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média*, 3ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 70.

grande incógnita, para não dizer uma fabulosa utopia! Nesse caso, a Igreja Medieval, achou uma solução. Temos aqui a aplicação do “purgatório”.

A gênese do purgatório começou no início do século XI. Conta a tradição católica que, nessa época, havia um mosteiro na cidade de Cluny, na França, cujo líder se chamava Odilon. Ele tinha perdido parte dos bens para seus inimigos e foi socorrido pelo Papa Bento VIII, que excomungou seus adversários. Tempos depois da morte do Papa Bento, o Cardeal Pedro Damião teve uma visão da alma do Papa na forma de um urso com orelhas e cauda de burro anunciando que estava condenado a se espojar na lama até o dia do Juízo Final e que Odilon pedira a Deus que o livrasse de semelhante tormento, mas não foi atendido. Passados alguns dias, Bento VIII foi novamente visto, agora pelos frades do convento do ex-superior Odilon, e lhes contou a graça que Deus lhe admitiu no céu por intercessão de “Santo Odilon”. Essa história fantasiosa foi crescendo e tomando corpo, por meio de interesses pagãos, até que no Concílio de Florença, em 1439, a Igreja Católica adotou o purgatório como dogma.¹¹

Conforme contam as lendas, o purgatório está colocando um pouco acima do inferno e é uma espécie de mar de chamas.

Dessa forma, a tolerância ao pecado do usuário estava direcionada ao purgatório que vinha como uma forma de resposta aos anseios espirituais do usuário, na esperança de receber o perdão de todos os seus pecados, no que se refere, também, a cobrança de juros. Para isso, quando depois da sua morte, a família do usuário deveria pagar, através de boas obras, como forma de retribuição, todos os pecados do falecido, o qual, segundo a Igreja, estava no “purgatório” esperando que seus erros fossem “purgados” e assim pudesse entrar definitivamente no Paraíso. Portanto, aqui, se estabelece, novamente, o controle da Igreja sobre os processos eclesiástico e econômico. Assim para Le Goff (2004, p.69),

a Igreja, os teólogos, os canonistas e, não nos esqueçamos, os pregadores e os confessores da Idade Média, tratando de questões religiosas, do pecado da usura, mostram o impacto da religião sobre os fenômenos que hoje chamamos ‘econômicos’.

¹¹ PERES, Alcides Conjeiro. *O Catolicismo Romano Através dos Tempos*. Rio de Janeiro: JUERP, 1995, p. 54.

1.6. Surge uma nova classe: os mercadores

Podemos considerar o surgimento dos mercadores como um dos fatores preponderantes para a manifestação de um sistema econômico mais complexo e desenvolvido. Dessa forma, o surgimento dos mercadores está diretamente associado à formação das cidades e dos grandes centros de comércio¹².

Para a origem dos mercadores têm-se várias hipóteses. Uma delas é colocada por Henry Pirrene (1963, p.52) quando narra a história de Goderico de Finchal:

Nasceu em fins do século XI, em Linconshire, filho de camponeses pobres. Obrigado, sem dúvida, a abandonar a herdade onde seus pais trabalhavam, teve que se esforçar para ganhar a vida. Como tantos outros indigentes de todos os tempos, procurava nas praias os restos de navios naufragados, arrojados pela maré. Os naufrágios eram inúmeros e um feliz acaso proporcionou-lhe um dia a oportunidade, graças ao qual pode comprar um lote de quinquilharias. Economizara alguns centavos quando teve a boa sorte de unir-se a um grupo de mercadores. Seus negócios prosperaram de tal maneira que logo chegou a dispor de lucros bastante consideráveis para associar-se com alguns companheiros e fretar um barco, com o qual empreenderam a cabotagem ao longo das costas da Inglaterra, Escócia, Flandres e Dinamarca. A sociedade teve um êxito completo. Suas operações consistiam em transportar, ao estrangeiro, mercadorias, então escassas e, abastecendo-se aí de novos gêneros, passavam a exportá-los aos locais de maior demanda, onde, por conseguinte, podiam contar com maiores lucros.

Para Pirenne, a atividade mercantil foi, em seus primórdios, exercida por desocupados e errantes que não tinham emprego fixo na atividade agrícola, o que era comum no período feudal. A esse grupo, segundo Jacques Le Goff (1990, p.51), pertenciam:

os filhos menores de um vilão, que tinha a seu cargo uma família numerosa, se viessem obrigados a abandonar o seu pai para permitir-lhe pagar a sua renda ao seu senhor. Iam engrossar a massa das pessoas que vagavam pela região, peregrinando de uma abadia a outra para receber sua parte das esmolas reservadas aos pobres; alugavam o seu serviço aos camponeses, na época das colheitas ou das vindimas, ou se alistavam como mercenários nas tropas feudais, em tempo de guerra.

¹² LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Editora Gradiva, 1990, p. 35.

Nada nos faz crer que os precursores dos grandes mercadores da Idade Média tenham iniciado sua atividade com fortuna pessoal, pois, como dissemos, eram, em sua maioria, errantes e desocupados. Porém, alguns juntaram os primeiros fundos empregando-se como marinheiros ou estivadores. Outros, talvez, recorressem ao crédito junto a algum mosteiro ou a algum dos senhores de suas terras ou mesmo comessem como mercenários empregando, no comércio, aquilo que a pilhagem e o saque lhes proporcionaram.

Vários desses mercadores obtiveram lucros bastante abundantes para poderem emprestar grandes quantias aos príncipes e construir igrejas em suas cidades. Assim, os lucros obtidos pelos mercadores não eram empregados unicamente no comércio. Além disso, muitos mercadores dedicaram-se também ao comércio do dinheiro, transformando-se em credores de reis e príncipes feudais por meio de altas somas de empréstimos.

Portanto, quaisquer que tenham sido as origens dos grandes mercadores medievais, podemos afirmar que o poderio econômico dessa nova classe está ligado ao desenvolvimento das cidades, centros dos seus negócios. Desta forma, é nas cidades que surge o seu poder político, ou seja, as cidades são agora dominadas política e socialmente pelos grandes mercadores.

O mercador, talvez por sua origem, ou pela influência da Igreja Medieval, era considerado uma espécie de paria da sociedade, devido ao exercício de sua atividade no que tange ao lucro e à formação das grandes fortunas.

Sobre isso que acabamos de abordar, destaquemos algumas citações que fazem parte dessa condenação à prática mercantilista:

- Decreto de Graciano¹³, século XII: “*o mercador não pode agradar a Deus – nunca, ou muito raramente*”.¹⁴

¹³ Graciano, também conhecido como *Franciscus Gracianus* ou *Johannes Gratianus*, foi um monge jurista e professor de teologia. Suas datas exatas de nascimento e morte são desconhecidas, embora saiba-se que sua vida transcorreu entre os séculos XII e XIII. É considerado o pai do direito canônico graças a sua obra *Concordia discordantium canonum*, que permaneceu em vigência até 1917. (fonte: wikipedia). O Decreto de Graciano é uma obra pertencente ao direito canônico que, como indica seu título, trata de conciliar a grande

- Papa Leão Magno: “*é difícil não pecar quando se tem como profissão comprar e vender*”.¹⁵
- Tomás de Aquino: “*o comércio considerado em si mesmo, tem um certo caráter vergonhoso*”.¹⁶

Existiram, portanto, vários motivos pelos quais a Igreja Medieval veio a rejeitar esses mercadores, mas, ao que parece, estes, juntamente com os banqueiros, por sua atividade, eram condenados por praticarem operações ilícitas que, em sua maior parte, eram chamadas de usura.

Vimos anteriormente que a Igreja entendia por usura toda e qualquer operação que implicasse pagamento de juros. Dessa forma, o crédito, utilizado por essas classes, era considerado proibido. Portanto, para a Igreja, por tal motivo, todo o mercador ou banqueiro era considerado usurário.

Porém as relações condenatórias por parte da Igreja Medieval aos mercadores eram bem diferentes do quadro que descrevemos anteriormente.

Sobre isso Le Goff (1990, p. 59) nos conta:

A Igreja protegeu desde muito cedo os mercadores. A partir de 1074 o Papa Gregório VII ordenara a Filipe I, rei de França, que restitua aos mercadores italianos vindos ao seu reino as mercadorias que mandara confiscar. Chega até a ameaçar o rei de excomunhão em caso de recusa. Trata-se, como muito bem se afirmou, do *‘início de uma série de documentos do mesmo gênero’*. E em 1263, ainda o bispo de Dinant manda edificar um armazém *‘para proveito e utilidade de toda a gente e sobretudo para os mercadores’*. O manuais de confessores citam os mercadores entre as pessoas que podem ser dispensadas do jejum ou da observância do repouso dominical, quer por seus negócios não poderem sofrer atrasos, quer por as fadigas

quantidade de cânones existentes desde séculos anteriores, muitos dos quais opostos entre si. Forma a primeira parte da coleção de seis textos jurídicos, conhecida como a recompilação *Codex Juris Canonici*. Essa obra de enormes proporções representou um passo importante na consolidação e unificação do Direito da Igreja na Alta e na Baixa Idade Média, além de aumentar a importância do canonista, que passou a ter uma atividade doutrinária própria, até então restrita à política legislativa pontifícia. (fonte: wikipedia)

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Editora Gradiva, p. 55.

¹⁵ Id.

¹⁶ Id.

das viagens lhes tornarem penosas privações. Os esforços da Igreja com vista a obter a cessação das guerras privadas, o fim das lutas entre príncipes cristãos, todo o movimento tendente a impor as *'tréguas de Deus'*, a *'paz de Deus'*, não podiam senão favorecer a atividade dos mercadores, sendo esse objetivo por vezes explicitamente expresso. É assim que o cânone 22º. Do Concílio de Latrão de 1179, ao regulamentar a trégua de Deus, reclama a segurança *'para os padres, monges, clérigos, conversos, peregrinos, mercadores, camponeses e animais de carga'*. Esse cânone como se deu conta J. Lestocquoy, significa *'uma espécie de hierarquia das profissões'* aos olhos da Igreja. Os mercadores surgem corretamente colocados entre os clérigos e os camponeses.

Portanto, vemos a tolerância da Igreja em favor dos mercadores, doutrinariamente considerados hereges, mas com privilégios a partir do momento em que a Igreja verificou sua impotência quanto ao poder econômico exercido por sua classe. Dessa forma, a Igreja começou a admiti-los, pouco a pouco e, conseqüentemente, pode justificar as isenções das penas eclesiais contra a prática mercantilista.

Acerca disso, temos, pelo menos, dois motivos pelos quais a Igreja tolerou tal situação.

O primeiro motivo é o risco. A Igreja considerou que o prejuízo do comerciante nas operações de crédito junto ao comércio era uma forma de justificar a usura, pois quando o credor não recebe do devedor, não há lucro e, de certa forma, a usura não poderá ocorrer.

O segundo motivo é o salário. O comerciante que fornece algo pelo qual deve receber é encarado como remunerado pelo seu trabalho e isto é considerado salário ligado ao trabalho. Sobre isso, Le Goff (1990, p. 62) observa:

A aplicação desta teoria ao mercador foi fácil numa época em que o mercador era um viajante, um itinerante exposto a todos os perigos de que já falamos. O mercador capitalista sedentário cabia mais dificilmente nestas categorias.

Portanto, foi pelo reconhecimento da necessidade e utilidade dos mercadores que a Igreja buscou “evoluir” em sua doutrina dando a essa nova classe social o direito a cidadania cristã medieval.

1.7. A Formação das Grandes Fortunas Capitalistas

A história das grandes fortunas modernas nos mostra, na maioria dos casos, que sua formação ocorreu pela presença de grandes oportunidades ou por meio da chamada “sorte”.

Os lucros obtidos pelos mercadores não foram empregados exclusivamente no comércio. Muitos mercadores dedicaram-se ao “comércio do dinheiro”. Além disso, eles também se dedicaram ao investimento em terras, pois estas constituíam uma forma segura e salutar para as reservas abundantes de capitais.

Segundo Pirenne (1963, p.166), no período que abrange os séculos XII e XIII, os mercadores adquiriram grande parte dos terrenos das cidades. Conseqüentemente, com o fortalecimento das atividades comerciais, as cidades foram sendo povoadas e prédios começaram a ser construídos nesses terrenos. Dessa forma, na metade do século XIII, muitos comerciantes renunciaram de suas atividades mercantis para se transformarem em capitalistas. Assim, o capital consistente em bens móveis não só tem a terra por origem, mas, ao contrário, é o instrumento das primeiras fortunas da chamada burguesia.

A cidade medieval é, portanto, essencialmente, uma criação da burguesia.

CAPÍTULO 2

2.1 A economia de Genebra após a reforma do século XVI e as contribuições de Calvino

2.1.1 A Reforma Protestante e as questões econômicas

A história registra que, ao fim da Idade Média, os fundamentos do velho mundo estavam ruindo. Aconteceram várias transformações nessa época, cuja importância não pode ser dissociada da história da Reforma. As mudanças foram cada vez mais acentuadas com as descobertas de novos mundos pelos navegadores europeus. A idéia de um estado universal foi dando lugar ao conceito de nação-estado.

Como já abordamos, com a formação das cidades, a economia comercial tomou lugar da feudal. Isso teve conseqüências sociais, pois o estilo de vida das pessoas começou a ascender formando uma classe média forte - a burguesia. Também no campo da cultura e das artes com o surgimento do Renascimento, as transformações intelectuais fizeram com que o protestantismo encontrasse apoio para seu desenvolvimento.

Temos várias correntes e escolas pelas quais os historiadores farão sua análise crítica da Reforma de maneira puramente racionalista secular, tais como aquelas que só vêem as causas da Reforma nos fatores político-sociais, outros no fator da economia e outros ainda vêem a Reforma puramente como produto do intelectualismo. Entretanto, uma cosmovisão puramente racionalista tende a distorcer a definição e dar razões incompletas e deficientes à verdadeira origem da Reforma.

Se pensarmos que o movimento que impulsionou a Reforma da Igreja foi apenas gerado por questões teológicas, estaremos enganados. A Reforma apresentou, também, em seus pressupostos, questões econômicas que, de certa forma, influenciou o seu surgimento.

Para Karl Marx “as religiões são filhas de seu tempo”¹⁷. Portanto, com a Reforma, uma nova forma econômica de pensamento surgiu no século XVI e se impulsionou rapidamente no mundo, dando origem a uma nova forma de capitalismo.

Lembremos de que, na Idade Média, a Igreja Católica, ligada as estruturas rurais de uma época feudal, se encontrava superada pela corrente ascendente da economia urbana, que estava em ascensão, devido a grande influência da burguesia e dos capitalistas emergentes. Assim, a nova forma de pensamento econômico proclama pela Reforma foi um fenômeno que impulsionou uma nova tendência de se fazer negócios e de se criar uma nova perspectiva.

As explicações sobre a influência econômica do século XVI no surgimento da Reforma têm muitas contradições por parte de historiadores. Alguns deles colocam que os opositores da Alemanha à Igreja Romana era formada pela classe rica e inteligente, os príncipes e classes dominantes. Estes desejavam a separação do domínio Papal sobre a política e questões sócio-econômicas. Por outro lado, outros afirmam que as massas menos favorecidas, aproveitando-se de certa instabilidade social vivida na época da “pré-reforma”, viram a oportunidade de colocarem-se juntos do novo movimento para obterem certa “liberdade” das classes dominantes da época.

Na verdade, nada se pode concluir de modo definitivo. Entretanto, o que podemos constatar, pela história, é que a Reforma proporcionou o surgimento de uma nova perspectiva de avanços em questões não só religiosas, mas também na forma em que as transformações provocadas por esse movimento influenciou, e muito, o mundo do século XVI.

A sociedade ocidental vivia em plena efervescência. A Europa sofreu devastações quase que ininterruptas das guerras dos 100 anos. Havia movimentos revolucionários desencadeados por uma transformação econômica profunda.

¹⁷ DELUMEAU, Jean. *La Reforma*. Barcelona: Editorial Labor, 1967, p. 181.

O descobrimento do Novo Mundo canalizou para a Europa ouro em quantidade para fundar inúmeras indústrias e multiplicar o comércio.

Nessa época de fertilidade econômica, começa a brotar um capitalismo não controlado e que se desenvolvia rapidamente fora dos antigos centros urbanos de produção. Em contra partida, surgia um aumento vertiginoso do custo de vida. Tal situação produzia a depreciação da mão-de-obra, o que provocava o crescimento do proletariado no campo e nas cidades. Nasceram, assim, as grandes fortunas em detrimento da crescente massa de miseráveis.

O movimento da Reforma do século XVI veio como um bálsamo no tocante a sua ação nas camadas dos miseráveis atormentadas pela opressão dos poderosos e, adicionando-se a isso, como uma forma da livre expressão de pensamento.

A ação dessas turbulências abalavam as antigas estruturas medievais da sociedade e a renovação interior pela fé através do contato com as Escrituras. Dessa forma, a Igreja começava a ter uma compreensão inteiramente nova dos problemas sociais.

Portanto, o que caracterizava profundamente a mudança trazida pela Reforma era a abertura que o mundo passava a experimentar no tocante à penetração dos problemas da sociedade no pensamento teológico.

Para que possamos entender melhor o que foi tratado até este ponto, temos a conversão de João Calvino, quando este passou da igreja romana para a nova fé.

Até 1553, ano provável de sua conversão, Calvino vivia a vida erudita comum da burguesia católica.

Calvino, como um intelectual, era aberto para novas idéias e partilhava com os humanistas uma piedade equilibrada. Sobre isso, Calvino deixa clara, quando em seu comentário publicado sobre *De Clementia*, de Sêneca, sua posição de que a fé religiosa e a sociedade são domínios distintos que só se correspondem no plano da ética individual.¹⁸

¹⁸ BIEIÉR, André. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikumene, 1970, p. 34.

2.1.2 Quem foi João Calvino?

João Calvino (Noyon, 10 de Julho de 1509 — Genebra, 27 de Maio de 1564) foi um teólogo cristão francês. Nascido na Picardia, ao norte da França, foi batizado com o nome de Jean Cauvin. A tradução do apelido de família "Cauvin" para o latim *Calvinus* deu a origem ao nome "Calvino", pelo qual se tornou conhecido.

O Pai de Calvino, Gérard Cauvin estabeleceu-se em Noyon em 1481. Foi inicialmente um simples secretário de chancelaria. Seria, depois, advogado representante do bispado de Nyon; mais tarde, funcionário relacionado com a cobrança de impostos e, finalmente, o promotor (representante) do bispado, antes de entrar em conflito com este. Faleceu em 1531 após uma disputa com o bispado, pela qual foi excomungado. A autorização para o seu funeral seria deveras dificultada devido a esta querela.

A mãe de Calvino, Jeanne Le Franc, de seu nome de solteira, era filha de um dono de uma hospedaria em Cambrai, que tinha enriquecido. Jeanne faleceu em 1515, quando João Calvino tinha apenas 6 anos de idade.

João Calvino frequentou inicialmente o Collège des Capettes em Nyon, onde adquiriu conhecimentos básicos de latim.

Em 1521, aos doze anos, ganhou o direito a uma "benefice", ou seja, um rendimento anual que era concedido a elementos e familiares da hierarquia da Igreja. No seu caso, consistia numa determinada quantia anual de cereais pagos por uma comunidade de La Gésine.

Em 1521 ou 1523 (data incerta) o pai enviou-o para a Paris. Teria provavelmente vivido inicialmente com o tio Richard, na zona de Sain-Germain-l'Auxerrois. Calvino começa por frequentar o Collège de la Marche, onde foi aluno de Maturin Cordier, um grande pedagogo do tempo. Estabeleceu, aí, amizade com as crianças da família d'Hangest, do bispo de Noyon, que se assumia, de certa forma, como protector dos Cauvins. Os seus amigos eram Joachin (Joaquim), Yves (Ivo) e Claude

(Cláudio), a quem mais tarde dedicaria o seu comentário a "*De Clementia*" de Sêneca, um autor conhecido pelo seu estoicismo.

Foi, em seguida, admitido no Collège Montaigu, uma escola de má reputação, conhecida pela sua rigidez, pelas sovas e má comida. A lista de professores em Montaigu, nesta época, incluía o espanhol Antonio Coronel e o escocês John Mair (que foi professor de Inácio de Loyola), mas não há provas definitivas de que eles tenham sido professores de Calvino.

Em 1529, pouco antes de atingir os vinte anos de idade, a vida de Calvino sofreu uma súbita mudança. Tendo vindo inicialmente para Paris com uma renda anual concedida pela Igreja a fim de estudar Teologia, seu pai mudou de planos em relação ao seu futuro e agora queria que ele seguisse a carreira do Direito. A "ciência das leis torna normalmente ricos aqueles que se debatem com ela", referia o seu pai (ele próprio um advogado do bispado), segundo as próprias palavras de Calvino. Cumpriu a vontade do pai e foi estudar Direito para Orleães, mas nunca deixou de preferir a teologia. Como disse mais tarde: "Se Deus me deu forças para que eu cumprisse a vontade de meu pai, determinou ele pela providência oculta que eu tomasse finalmente um outro caminho" (o da Teologia). Inicialmente Calvino preparava-se para ser padre, enveredaria pelo estudo do direito, mas Deus trouxe-o de novo ao caminho da Teologia.

Em Orleães, Calvino foi influenciado pelo seu professor Pierre de l'Estoile. Em 1529, dirige-se também a Bourges para assistir a aulas do famoso professor de direito italiano Andrea Alciati, onde também assiste a aulas do alemão Gräzist Wolmar, que o entusiasmou pela literatura grega da antiguidade.

Em 1531, Calvino, num prefácio ao livro de um amigo, toma partido, talvez por lealdade e nacionalismo, pelo seu professor Pierre de l'Estoile num texto que explora a disputa entre este e Andrea Alciati. O que prova que o Calvino de 1531 ainda não é um reformador, mas, acima de tudo, um humanista. Neste mesmo ano morre o pai, Gerard Cauvin. Calvino vai a Bourges, a Orleães e regressa de novo a Paris, onde se instala em Chaillot.

Em 1532, foi doutorado em Direito em Orleães. O seu primeiro trabalho publicado foi um comentário sobre o texto do filósofo romano Sêneca "*De Clementia*". Calvino cobre os custos da publicação do livro com dinheiro do seu próprio bolso. Aos 23 anos era já um famoso humanista, seguindo os passos de Erasmo de Roterdão, que também escreveu sobre Sêneca nestes anos.

A conversão de Calvino ao protestantismo permanece envolta em mistério. Sabe-se apenas que ela se deu entre 1532 e 1533 (Calvino tinha 23 ou 24 anos).

Em 1535 é publicada a primeira bíblia traduzida por um protestante, em francês. Tratava-se de uma tradução direta do Hebraico (o antigo testamento) e do Grego (o Novo Testamento) - línguas originais das escrituras - e não das versões então em uso, em latim. Algo totalmente natural no século do Humanismo e de Erasmo de Roterdão. O autor é Olivétan, aliás Pierre Robert (1506-1538), primo de João Calvino e proveniente também de Noyon. Foi publicada em Neuchâtel por Pierre de Vingle.

O ano de 1536 é também o da chegada de Calvino a Genebra. Calvino tem, a essa altura, 26 anos.

Após a estadia em Ferrara, na Primavera de 1536, Calvino tinha estado em Paris, aproveitando-se de um período de relativa calma na perseguição aos protestantes. Tratou de assuntos pessoais e de família. Em junho faz em Paris uma procuração em nome do seu irmão. Em Julho de 1536, João Calvino, pretendendo dirigir-se a Estrasburgo, inicia a viagem, juntamente com o irmão, Antoine, e a irmã, Marie. Em vez de tomar o caminho mais curto, Calvino faz um desvio pelo sul, evitando a área onde a guerra entre as forças de Francisco I e Carlos V são uma ameaça. Por coincidência, Calvino chega a Genebra, onde permaneceu, apesar de ter inicialmente pretendido continuar viagem, o que foi vivamente desaconselhado pelo reformador Guillaume Farel. O caminho para Estrasburgo encontrava-se inseguro por causa da guerra. A Genebra que Calvino encontra vive ainda a agitação dos conflitos entre Mamelucos e Confederados.

João Calvino já tinha viajado até Estrasburgo durante as guerras otomanas e passado através dos cantões da Suíça. Aquando da sua estadia em Genebra,

Guillaume Farel pediu ajuda a Calvino na sua causa pela Igreja. Calvino escreveu sobre este pedido: "senti como se Deus no céu tivesse colocado a sua poderosa mão sobre mim para barrar-me o caminho". Dezoito meses depois, as mudanças de Calvino e Farel levariam à expulsão de ambos.

Em 1538 Calvino dirige-se a Estrasburgo, após ter inicialmente pretendido ir para Basileia. Estrasburgo era, na época, parte da zona de língua alemã, mas a proximidade da fronteira com a França significava que ali se tinha desenvolvido uma comunidade de exilados franceses. Tal como em Genebra, Farel reconheceu o potencial de Calvino. Em Estrasburgo Martin Bucer será o protector de Calvino. Durante três anos Calvino dirigiu em Estrasburgo uma igreja de protestantes franceses, a convite de Bucer. Estrasburgo é a cidade onde Calvino se torna verdadeiramente Calvino. O seu sistema de pensamento é aqui consubstanciado em algo de mais marcadamente original. A sua obra *Institutio* é aqui re-editada (1539). É agora três vezes maior do que a primeira edição.

Em 1539, Calvino escreve um comentário à carta de Paulo aos Romanos. Este tema é particularmente querido do protestantismo, porque ali se encontra a justificativa, por meio da fé, como a base de sustentação do movimento protestante, pois somente a fé salva e justifica. A Igreja é por este prisma mais uma comunidade de crentes do que um enquadramento jurídico. Os sacramentos só recebem o seu sentido pela fé. Sem fé não têm qualquer efeito.

Em Estrasburgo, Calvino, com 31 anos, casa-se em agosto de 1540 com a viúva Idelette de Bure, que tinha sido previamente adepta do anabatismo e trazia duas crianças do seu prévio casamento. A cerimônia foi dirigida por Guillaume Farel. Em 1541 a peste negra (ou peste bubónica) recrudescer em Estrasburgo. Idelette e as duas crianças procuram abrigo em casa de um irmão dela, nas redondezas.

Calvino foi convidado, em Outubro de 1540, a regressar a Genebra para reaver o seu posto na Igreja, tal como o tivera antes da expulsão. A 13 de Setembro de 1541, Calvino chegou, pela segunda vez, a Genebra, mas, desta vez, definitivamente. Começou, então, a organizar e estruturar, de acordo com as linhas bíblicas, os ministérios e a ação dos professores e diáconos.

Nos seus últimos anos de vida, a saúde de Calvino começou a vacilar. Sofrendo de enxaquecas, hemorragia pulmonar, gota e pedras nos rins foi, por vezes, levado carregado para o púlpito. Calvino continuava a ter detratores declarados que lhe dirigiam ameaças constantes.

Entretanto, apreciava passar os seus tempos livres no lago de Genebra, lendo as escrituras e bebendo vinho tinto. No final de sua vida disse a seus amigos que estavam preocupados com o seu regime diário de trabalho: "Qual quê? Querem que o senhor me encontre ocioso quando ele chegar?".

João Calvino faleceu em Genebra a 27 de Maio de 1564. Foi enterrado numa sepultura simples e não marcada, conforme o seu próprio pedido.

2.1.3 O humanismo de Calvino

Enquanto a preocupação da Idade Média foi a teologia, o estudo de Deus, e da Renascença foi o humanismo, ou seja, o estudo do homem como medida de todas as coisas, para Calvino o humanismo era fundamentado em pressupostos teológicos. Nessa forma de pensar, Calvino incluía, de um lado, o estudo do homem e da sociedade através do conhecimento do homem pelo próprio homem, e do outro, o conhecimento do homem por Deus. Portanto, no pensamento humanista de Calvino, o homem só poderia conhecer a si próprio e o seu papel na sociedade a partir do momento que ele buscasse conhecer a Deus.¹⁹

Justificando tal assertiva, nas Institutas da Religião Cristã, grande obra do reformador, Calvino declara: *"Por outro lado, é notório que o homem jamais chega ao puro conhecimento de si mesmo até que haja antes contemplado a face de Deus, e da visão dele desça a examinar-se a si próprio."*²⁰

Segundo Calvino, o homem, no seu estado atual, está incapacitado de dizer algo de seguro a respeito de si mesmo, visto que ele não conserva de sua natureza autêntica, senão uma imagem imprecisa e apagada do seu Criador. Portanto, o

¹⁹ BIEIÉR, André. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikumene, 1970, p. 13

²⁰ CALVINO, Juan. *Institución de La Religión Cristiana*. 5ª. Ed. Vol. 1. Barcelona: Felire, 1999, p. 7.

homem da psicologia, o homem que a ciência examina, o homem da literatura e o homem do humanismo, fora dos aspectos Bíblicos, não é o homem autêntico.²¹

Para Calvino o homem tem a suficiência do conhecimento nos domínios físicos, intelectuais e até políticos, até em certa medida. Entretanto, a razão final de sua própria natureza só lhe é permito conhecer através do próprio Deus. Para isso, a comunicação natural de Deus com o homem é fundamental. Porém, se essa comunicação está interrompida, não existe caminho que vá do homem a Deus. O homem, por si só, é incapaz de reencontrar-se com Deus. Portanto, só Deus tem o poder de comunicar-se com sua criatura.²²

Essa comunicação divina, para Calvino, só é realizada através da própria Palavra de Deus. Nela está registrado quem era o homem em sua origem, e para qual propósito Deus o havia criado; como esse homem é agora e de como Deus se empenha em restaurar-lhe a humanidade, por meio do sacrifício de Seu Filho na Cruz; o que lhe acontece quando esse homem, caído em sua natureza, é transformado pela humanidade de Cristo; e, por último, como esse homem será no mundo perfeito de Deus, no fim dos tempos. Portanto, o homem como o ápice da criação de Deus, é homem na medida em que permanece sujeito ao seu criador. Para Calvino, a servidão e a liberdade do homem só são possíveis e válidas no momento em elas estiverem sob a autoridade e os propósitos de Deus.²³

O humanismo evangélico de Calvino é um humanismo social, pois, em primeiro lugar, o homem, como ser social e sociável por natureza, só é homem a partir de sua relação com outro homem. Para Calvino, “o homem foi criado por Deus para ser uma criatura em sociedade”.²⁴

Essa característica de sociabilidade está evidente, em primeiro lugar, na criação do homem. O texto do livro de Gênesis narra, quando Deus havia criado o primeiro homem, Adão, que o próprio Criador faz a seguinte declaração: “Não é bom que o

²¹ BIEIÉR, André. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikumene, 1970, p. 16.

²² Id. p. 14.

²³ Id. p. 16.

²⁴ Id. p. 19.

homem esteja só”. Dessa forma, tem-se a certeza de que a sociabilização humana é uma característica inerente a humanidade.

Nesse aspecto, a partir da corrupção do homem, seprando-se de Deus, a fim de afirmar sua liberdade, o homem destruiu-se individualmente e, conseqüentemente, suas relação sociais perverteram-se em todos os aspectos de sua vida, inclusive as econômicas.

Sobre isso, o estudioso André Biéler (1970, p.20) destaca:

Destarte, a sociedade que conhecemos, na qual contraímos e dissolvemos o matrimônio, na qual firmamos e rompemos os vínculos sociais do nosso trabalho, na qual agem os homens da política, essa sociedade ao mesmo tempo concreta e impenetrável analisada pelos sociólogos, não é afinal uma sociedade normal. Ao contrário, é desorganizada e fundamentalmente corrompida a ponto de sua natureza essencial escapar ao nosso conhecimento. A idéia de Rosseau, segundo a qual a sociedade corrompe os homens que nasce bons, não é bíblica. Antes, a sociedade é corrompida porque os indivíduos o são também. Como a conhecemos, a sociedade atual é paneas o resíduo deteriorado da sociedade original tal como Deus a concebeu e como deus a deseja quando trabalha hoje pela sua restauração.

2.1.4 A economia de Genebra do século XVI

Desde o século XIII, Genebra era conhecida pelas suas grandes feiras comerciais que lhe trouxeram fama internacional. No século XV, importantes famílias de banqueiros acharam que valia a pena a abertura de filiais na cidade. Até a metade do século XIII, Genebra era um importante centro do “capitalismo” tradicional.

À medida que o tempo avançava, a situação de Genebra ficava menos favorável. Durante o período de 1464 a 1466, mercadores italianos começaram a deixar de freqüentar suas feiras. Conseqüentemente, os banqueiros começaram a fechar suas filiais em Genebra, embora os mercadores italianos ainda freqüentassem a cidade. Entretanto, com o fechamento das filiais bancárias e a crescente instabilidade política na cidade durante os anos de 1520 a 1535, Genebra começa a

perder o “status” de centro comercial. Dessa forma, a cidade, em termos de situação econômica, se encontrava nas mesmas condições das outras cidades suíças.

Com a perda de grande parte de seu tradicional papel econômico, Genebra teve que enfrentar um grande desafio para manter sua sobrevivência. Agora, era uma cidade empobrecida, presa em um círculo de estagnação e recessão econômica. A cidade não poderia se sustentar e, muito menos, manter suas defesas contra as ameaças de invasões por parte das cidades vizinhas.

Entretanto, diante de um quadro enegrecido pelas suas condições econômicas, Genebra, no período de 1540 a 1559, começa a experimentar uma crescente recuperação em sua atividade econômica. Isso se devia a alguns fatores. O primeiro foi a busca da manutenção de sua independência do ducado de Sabóia, conquistada em 1535. Com isso, a cidade começa a firmar alianças financeiras com cidades protestantes suíças.

Outro ponto a ser considerado, sobre o desenvolvimento econômico de Genebra, foi que nos anos de 1549 a 1560 mais de 4.700 refugiados franceses, motivados pela atitude anti-aristocrática das autoridades genebrinas, chegaram à cidade, sendo que, muito deles, eram artesãos. Isso fez com que Genebra começasse a experimentar um crescimento industrial considerável. Para uma melhor ilustração, Genebra começa a se tornar um forte centro de produção de relógios e ter a formação de um potente parque editorial gráfico, desenvolvido pela produção de papel e acessórios para impressão. Além disso, a indústria têxtil genebrina da época é também outro fator importante na composição industrial da cidade. Com a chegada de famílias envolvidas no comércio de cortinas e tecidos, a indústria da seda começou a se desenvolver como uma importante indústria de exportação.

Portanto, com a abolição do antigo sistema senhorial, tornava-se viável a livre iniciativa e o empreendedorismo para os recém-chegados a Genebra, onde estes poderiam ter a oportunidade de estabelecer os seus negócios e começar a produzir e a vender sem graves restrições.

Todos esses fatores acarretaram para Genebra uma quantidade exacerbada de aptidões concentrada na cidade, elevando-a, portanto, a um importante centro do dinamismo econômico.

As feiras de Genebra, que já haviam sido um centro de distribuição para o comércio italiano, agora, tornam-se o centro de uma rede de distribuição dos produtos produzidos na própria cidade, por meio da capacidade, habilidade e capital no qual a cidade estava envolta.

O território de Genebra era estritamente limitado em função da sua posição geográfica. Na prática, Genebra no século XVI era uma pequena cidade fortificada. Seu modelo de administração e governo seguia o modelo da maioria das cidades francesas.

Nesse tempo, os habitantes de Genebra se dividiam em três categorias: cidadãos (*citoyens*), eram aqueles que naturais da cidade; os conselheiros (corpo diretivo – *Petit Conseil*) e os demais (*habitants*). Um *habitant* poderia se tornar um pastor ou dar aulas nas escolas. Mas isso só poderia ocorrer se não houvesse outra pessoa na cidade para fazer. Foi, portanto, nessa condição que João Calvino se encontrava até 1559 (McGRATH, 2004).

O órgão central da administração de Genebra era o *Petit Conseil*, ou simplesmente *Conseil*. Esse conselho era formado por vinte e quatro homens, que fossem cidadãos de Genebra (*citoyens*). Toda a atividade pública estava sob a administração desse conselho.

Dessa forma, toda e qualquer contribuição que Calvino realizou na cidade de Genebra, haveria de passar pelo crivo do Conselho Municipal (*Petit Conseil*). Além disso, o Conselho Municipal não tinha qualquer intenção de entregar sua autoridade e controle a qualquer quem fosse, muito menos a um *habitant* ou estrangeiro. Portanto, a autoridade que Calvino dispunha sobre os assuntos civis era puramente de caráter pessoal e moral, como pastor e mestre (McGRATH, 2004).

2.2 As contribuições de Calvino na Economia de Genebra

Podemos afirmar que o reformador João Calvino teve grande participação na escalada crescente e no florescimento da nova economia genebrina. Isso se deve, em grande parte, às suas idéias religiosas.

Se examinarmos de perto não somente o pensamento mas também a ação pessoal de Calvino, perceberemos que sua obra pode ser definida como um socialismo personista. Baseando-se nas Escrituras, Calvino preocupava-se em garantir ao homem uma vida pessoal preservada inteiramente na solidariedade e na fraternidade, na qual Cristo une os homens.

Calvino estava perfeitamente ciente das condições econômicas e financeiras de Genebra. Nesse sentido, ele não desenvolveu nenhuma teoria econômica, porém deve ter tido conhecimento de pontos básicos e fundamentais acerca do “capital”, pois, em seus estudos, desenvolveu assuntos referentes a natureza produtiva tanto do capital quanto do trabalho humano.

Para Calvino, a eliminação das barreiras religiosas da época ao “capitalismo” é substituída pela promoção de uma ética do trabalho, encorajando-o, intensamente, em seu desenvolvimento. Calvino trata dessa questão entendendo que o fiel é chamado por Deus para servi-lo em todas as esferas da sociedade, dando, assim, uma nova dignidade e significado ao trabalho. Dessa forma, os cristãos devem viver no mundo de forma alegre e tendo o trabalho como uma oportunidade de servir à Deus de forma digna e reta.

Sobre isso, André Biéler (1990, p.538-539) faz a seguinte afirmação:

Calvino, fundamentando-se nas Escrituras, é um dos raros teólogos a por em evidência, com tanta clareza, a participação do trabalho do homem na obra de Deus. Dessarte, conferiu ele ao labor humano dignidade e valor espirituais que jamais teve na Escolástica, nem por mais forte razão, na antiguidade. Este fato irá ter grandes repercussões no desenvolvimento das sociedades calvinistas.

2.2.1 Acerca do Dinheiro e da Propriedade

Em primeiro lugar, vemos que na doutrina Reformada, diferentemente do pensamento da Igreja Medieval, os bens econômicos estão ligados diretamente à fé cristã e à vida espiritual. Baseando-se nas Escrituras, Calvino não leva em consideração o antagonismo pagão sobre valores espirituais e realidades materiais. O grande reformador, por meio da Bíblia, ensina que os bens materiais são instrumentos da providência de Deus, sendo o dinheiro o meio pelo qual Deus se serve para proporcionar não só ao homem o que é necessário para o seu sustento, mas também ao seu próximo. Dessa forma, a riqueza é colocada à disposição do homem como ferramenta para organização de sua vida e da sociedade.

Por meio dos bens materiais, o reformador acentua que o dinheiro não tem somente função utilitária, mas, uma missão espiritual. É pelo dinheiro que temos o sinal da graça de Deus que sustenta a vida de nossos filhos. O dinheiro, além disso, é um sinal do Reino de Deus, de um mundo que virá com abundância, assim como as riquezas da terra prometida para Israel. Portanto, para Calvino, o dinheiro é sinal de duplo sentido, isto é, é a graça para aqueles que, pela fé, reconhecem que tudo vem de Deus e um sinal de condenação para aqueles que recebem os bens e não sabem discernir que são dádivas de Deus.

Para Calvino, o dinheiro é, portanto, algo que sempre está colocando o homem à prova. Assim, diante da pobreza e da escassez, Deus estará pondo à prova alguns para ver se estão colocando sua confiança nele. Enquanto na abundância ou riqueza, Deus estará observando outros a fim de verificar se o dinheiro os seduziu a ponto de acreditarem que agora obtêm poder independentemente de Deus. Portanto, a maneira de como empregamos o nosso dinheiro evidencia, aos olhos de Deus, nossa fé muito mais do que nossas expressões verbais ou nossos piedosos sentimentos.

Portanto, para Deus, a repartição desigual de riqueza entre os homens não tem a finalidade de favorecer alguns em prejuízo de outros, mas essa desigualdade, segundo Calvino, tem a função de provocar a contínua redistribuição dos bens dos mais ricos para os mais pobres. Dessa forma, a vida social é uma contínua

circulação de bens, assegurada pelas rocas econômicas, para complementar, entre os homens, as suas necessidades, tanto de bens como também na divisão do trabalho (BIÉLER, 1970).

Existe, também, para Calvino, no desígnio de Deus, outra motivação da circulação das riquezas: o amor. Esse amor deve ser capaz de provocar a doação desinteressada de bens que o rico faz ao pobre.

Calvino assevera que a Bíblia nunca fornece um ponto referencial quantitativo que permite estabelecer quem é rico e quem é pobre. No entendimento evangélico, o rico é aquele que se encontra numa situação privilegiada em relação ao próximo, qualquer que seja o montante financeiro. Assim, o rico tem uma missão econômica providencial. Dessa forma, o reformador entendia que os benefícios que prestamos aos homens na repartição das riquezas se constituem parcialmente em culto a Deus, sendo isso uma grande honra que Ele nos concede. Sobre isso, Calvino, comentando o texto de Hebreus 13.16, nos diz:

[...] se porventura queremos oferecer sacrifício a Deus, então devemos invocar o seu Nome, fazer conhecida a sua munificência através de ações de graça e fazer o bem aos nossos irmãos. Esses são os verdadeiros sacrifícios com os quais os verdadeiros cristãos devem comprometer-se; e não sobre nem tempo nem lugar para qualquer outro... Repartir com os outros tem uma referência mais ampla do que fazer o bem. Inclui todos os deveres pelos quais os homens se auxiliam reciprocamente; e é um genuíno distintivo do amor que os que se encontram unidos pelo Espírito de Deus comunicam entre si. (CALVINO, 1997, 394-395)

Por outro lado, o pobre tem também uma missão espiritual, ou seja, ele é designado a ser o próximo do rico, aquele que, da parte de Deus, enseja ao rico desfazer-se de seus bens e de libertar-se, assim, da escravidão do dinheiro (BIÉLER, 1970, p.56).

O mesmo autor, citando Calvino, diz:

Os pobres, então, têm por missão ser os recebedores de Deus junto aos homens; são os mensageiros que le lhes envia para sondar-lhes a fé e a caridade, os embaixadores com quem Ele próprio se identifica. São Seus procuradores.

Calvino trabalhou muito sobre essa idéia das riquezas no meio da sociedade, tomando como modelo a redistribuição do maná entre os israelitas. Seu propósito era mostrar uma igualdade diferenciada utilizando-se do texto de 2 Coríntios 8.15 que diz: *O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta* (Almeida Revista e Atualizada). Assim, ele denomina os ricos como embaixadores dos pobres, ao passo que aos pobres ele os chama de “vigários de Cristo”. Portanto, para Calvino, furtar não é somente subtrair um bem que não pertença a outrem, mas antes de tudo, furtar é a recusa de dar ao próximo àquilo que lhe deve ser atribuído por amor, é guardar para si aquilo que, segundo a ordem de Deus, deve ser revertido ao próximo.

Nesse aspecto, Calvino mostra, em sua conduta, a prática de suas idéias quando em 1545 organiza pessoalmente uma coleta para ajudar os protestantes de Provence, após uma chacina que lá ocorreu. Além disso, após aderir à Reforma, Genebra tinha instalado a Instituição Hospitalar Geral que assegurava o atendimento aos mais carentes, bem como o seguro médico de invalidez e velhice, ambos aperfeiçoados, mais tarde, por Calvino que trabalhou para que o Estado suprisse a necessidade dos mais carentes. Vale destacar, também, que o reformador instituiu dentro da organização e ordem eclesiástica o diaconato como forma de assistência aos pobres por parte da Igreja. Dessa forma, a pregação de Calvino sobre o dinheiro é extremamente direta e tem por finalidade encorajar os pobres e, também, estimular os ricos à liberalidade (BIÉLER, 1970).

O que precisa ser entendido, em primeiro lugar, sobre a questão da propriedade dentro do pensamento cristão, é que Deus é senhor do universo. Nisso é importante citar que Deus não quer permanecer sozinho na sua soberania universal. Portanto, por amor ao homem, o Senhor Deus, criador do universo, criou todas as coisas existentes no mundo em favor do homem, confiando a esse homem o domínio e o cuidado sobre toda a criação.

Calvino reafirma essa questão em suas Institutas, da seguinte forma: *“Pois, deve-se assim refletir: que a cada um vem àquilo que possui, não por contingência fortuita, mas em virtude da dispensação do Supremo Senhor de todas as coisas [...]”* (CALVINO, 1999, Vol. 1, 295).

Para ele, portanto, a propriedade é uma dádiva de Deus, e o homem, como mordomo ou administrador, de modo nenhum é autorizado a permanecer de posse dela sem torná-la produtiva. Dessa forma, entende Calvino, é que toda a atividade econômica e social deve ser vista como bênção de Deus ao homem, a ser dirigida para o bem da coletividade.

Assim, o grande reformador declara:

Ainda que de todo mal nos abstenhamos, isso não equivale a dizer que satisfaçamos a Deus, que dispôs os homens em mútua obrigação entre si de mourejarem por alcançar lucro e socorrer um ao outro. Eis porque dúvida não há de que recomenda Ele a liberalidade, e todos os demais deveres, pelos quais se sustêm a companhia e comunidade dos homens. E, destarte, para que não sejamos condenados diante de Deus como ladrões, temos de diligenciar, tanto quanto possível nos seja, porque o possui cada um se lhe mantenha seguro e salvo e procure o proveito de nossos irmãos, nem mais nem menos que o nosso. (BIÉLER, 1990, p. 464).

A ordem sobre a propriedade, segundo Deus, não deve ser levada para o lado do esbanjamento, mas compreender que se o homem é o “fiel depositário” de Deus nessa questão, o mesmo Deus coloca sob ordem que esse homem deve fazer essa propriedade frutificar, ou seja, sua utilização deve produzir o serviço que Deus espera. Portanto, quem dela não faz esse uso, se torna culpável diante de Deus.

Entretanto, continua Calvino, o uso de tal propriedade pelo homem deve ser feito de forma que ela não seja exaurida. Para justificar isso, o reformador utiliza-se do ensino bíblico que narra o Ano Sabático, em que a terra deve ser respeitada e fertilizada, porém não exaurida (BIÉLER, 1990, p. 464). Cremos que podemos ter nesse ponto algo o que chamamos nos termos atuais de “Desenvolvimento Sustentável”?

De qualquer forma, para o reformador, em primeiro lugar, todos os bens da terra são de Deus, e em segundo lugar, Deus concedeu ao homem o cuidado desses bens e,

finalmente, o homem deverá utilizar-se desses bens de forma racional e com finalidade de servir ao próximo e, conseqüentemente à atividade social.

Segundo o estabelecido na doutrina de Calvino, o Estado tem por missão fazer valer, entre os homens, uma ordem que se aproxime, o tanto quanto possível, da ordem divina. Dessa forma, enquanto a obra de Cristo restaura a ordem perdida pelos efeitos do pecado na humanidade, o Estado, para Calvino, tem o dever de buscar a restauração parcial dessa ordem entre os seus membros. Assim, para o reformador genebrino, a missão do Estado implica a intervenção na esfera econômica, como regulador das trocas econômicas e da distribuição da riqueza. Portanto, segundo ele, a ausência do Estado, para o bom funcionamento da vida econômica, torna a sociedade desorganizada, pois os homens estão todos corrompidos pelo pecado (BIÉLER, 1970).

Para Calvino, a função do Estado, como agente regulador com respeito as riquezas é a seguinte:

Ele deve, de um lado, garantir a propriedade provada a fim de que haja ordem na sociedade. Mas, de outro, deve velar para que a propriedade não se constitua em detrimento da propriedade de outrem e que ela sirva também à coletividade como um todo. A propriedade não é, pois, absoluta. Antes, é limitada e condicionada. (BIÉLER, 1970, 46)

Nesse ponto, ele chega a citar, por exemplo, a antiga lei judaica do “Ano da Remissão” (Deuteronômio 15.1-6), que previa a redistribuição periódica das terras e a liquidação das dívidas, de tal modo que a propriedade não se tornaria jamais uma fonte de opressão social mediante o endividamento progressivo.

Em resumo, se considerarmos as posição de Calvino acerca das questões monetárias e dos bens privados, podemos observar que, à luz da economia moderna, é redescoberto o papel decisivo da circulação do capital pra a manutenção da ordem política e social.

2.2.3 O Trabalho e o Salário

Podemos afirmar que o trabalho é a forma mais adequada da produção de bens e serviços, dos quais todos os homens se servem para manterem a si e a sociedade. Todo o trabalho humano tem sentido em razão de que, quando adequadamente feito, é a obra de Deus por meio de que os homens mantêm sua vida. O homem é criado para trabalhar; é no trabalho que ele realiza o seu destino aqui na Terra. Podemos confirmar isso através do texto de Gênesis, Capítulo 2, verso 15, onde temos: *“Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar.”* (Almeida Revista e Atualizada)

Entretanto, todas as coisas deste mundo, bem como o trabalho, que também faz parte dele, foram corrompidas pelo pecado e participam, hoje, da grande desordem da criação. Lembremos do texto de Gênesis, capítulo 3, verso 17, que diz: *“E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida.”* (Almeida Revista e Atualizada). Assim, agora, todo trabalho elaborado, fora dos princípios de Deus, torna-se fonte de problemas, de injustiça e de opressão.

Dessa forma, para o trabalho recobrar seu sentido original, o homem deve encará-lo como uma ação divina para nutrir-se. Para isso, ele deve encarar seu labor como vocação de Deus e, ao mesmo tempo, entregar ao próprio Deus o controle de suas atividades profissionais.

O estudioso André Biéler, sobre o que foi abordado, nos diz claramente o que Calvino pensava sobre a relação do homem com seu trabalho e com Deus, da seguinte maneira:

Calvino, fundamentando-se nas Escrituras, é um dos raros teólogos a pôr em evidência, com tanta clareza, a participação do trabalho do homem na obra de Deus. Destarte, conferiu ele ao labor humano dignidade e valor espirituais que jamais teve na Escolástica, nem por mais forte razão, na antiguidade. Esse fato irá ter grandes repercussões no desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas. (1990, p. 538-539).

Para o grande reformador do século XVI, essa integração do homem com Deus só é possível pela mediação de Cristo. Portanto, para que o homem encontre o verdadeiro e real sentido no trabalho, deve arrepender-se. O homem, agora redirecionado em Deus, encontra no trabalho sua vocação conferida pelo seu Criador. Além disso, podemos afirmar que o trabalho, está relacionado com o progresso de toda a espécie humana.

Em seu comentário à Segunda Carta do Apóstolo Paulo aos Tessalonicenses (2 Ts 3.10), Calvino trata dessa questão da seguinte forma:

Há modos diferentes de se trabalhar. Para quem ajuda a sociedade dos homens pela indústria ou regendo a sua família, ou na administração pública ou em negócios privados, ou aconselhando, ou ensinando ou de qualquer outra maneira, não será considerado entre os inativos. Paulo censura aqueles zangões preguiçosos que querem viver pelo suor dos outros, não contribuindo assim com nenhum serviço em comum para ajudar a raça humana. (1996, p. 355).

Portanto, para Calvino, o não trabalho é contrário à natureza do homem. A ociosidade é, portanto, a recusa do homem à sua vocação divina, é um ato de rebeldia contra Deus, uma ofensa a Deus. Para o reformador genebrino “*a bênção do Senhor acompanha as mãos do que trabalha e certamente a preguiça e o ócio são amaldiçoados por Deus*” (BIÉLER, 1970, p. 51). Dessa forma, Calvino rechaça todos aqueles que tiram o seu sustento do trabalho dos outros sem o oferecimento à sociedade qualquer tipo de serviço. Chama-os de “parasitas inúteis” e que nada fazem para ajudar o gênero humano (BIÉLER, 1970).

Outro ponto dentro do pensamento de Calvino é a questão do salário. Segundo o historiador André Biéler, não foram poucas as vezes que Calvino reclamou por aumentos de salários em favor dos professores. Calvino exigia que os docentes pudessem viver decentemente (BIÉLER, 1999, p. 227).

Essa compreensão de Calvino tinha como base as próprias Escrituras Sagradas. O salário humano, para ele, deveria corresponder como fruto do trabalho realizado.

Dessa forma, é Deus quem nos retribui por meio do salário como meio tangível para nosso sustento. Ele exprime visivelmente a intervenção de Deus em nosso favor, sendo o sinal concreto de Sua providência. Portanto, se o salário é o sinal da graça de Deus, Calvino entende que nenhum homem pode dispor de forma arbitrária do salário do próximo. Ao contrário, o patrão deve entregar ao próximo àquilo que o próprio Deus lhe concede para viver. Assim, para Calvino, confiscar ou reter, no todo ou em parte, o salário que cabe a alguém é um sacrilégio, por ser uma ofensa a Deus e também para o próximo (BIÉLER, 1970).

Temos aqui a condição básica do justo salário, sendo que isso só poderá acontecer se as duas partes, patrão e empregado, forem responsáveis diante de Deus, sabendo o que cada um deve ao outro, seja pela produção, bem como pelo fruto do trabalho.

Outro ponto importante sobre os salários, no pensamento de Calvino, é que quando o mercado de trabalho estiver saturado não é lícito reduzir o patamar salarial dos trabalhadores, a ponto de privá-los de suprir suas necessidades. Para evitar esse tipo de prática, Calvino propõe então o contrato de salário, chegando, até mesmo, a imaginar um contrato coletivo.

Essa preocupação de Calvino tinha motivos fortes, pois na época do reformador o ambiente econômico era tenso e caracterizado pela alta geral de preços e do custo de vida. Existia uma tensão entre os empregados, que buscavam se organizar por meio dos seus interesses. Sobre isso, conta-nos o historiador André Biéler:

Em algumas localidades surgem greves nas quais os reformadores têm papel atuante. É o caso das greves dos gráficos de 1539, na cidade de Lion, motivada pela insuficiência dos salários, de um lado, e pela má repartição do horário de trabalho, de outro. Graças a organização das forças trabalhadoras e ao controle que exercem sobre as profissões, esse movimento de protesto se amplia e atinge Paris. Os patrões apelam para as autoridades, mas os operários perseveram e acabam obtendo ganho de causa. A fim de evitar tais distúrbios sociais, o edito de Villers Cotterêts (1539) proíbe as coalizões, sem que, contudo, se chegue a dissolver as organizações operárias clandestinas que agrupavam trabalhadores em miséria [...] Em Genebra, onde a organização de corporações é muito mais recente que em outras cidades, o Estado intervém no mesmo sentido. Em 1559, o conselho da cidade fixa o limite máximo dos

salário dos operários e em seguida priva-os do direito da coalizão. Tal repressão da liberdade suscita descontentamento geral e desencadeia distúrbios sociais. Que fazem então os dirigentes espirituais da cidade? [...] Sob a iniciativa dos pastores, o conselho da cidade, de comum acordo com os representantes da profissão, regulamenta a indústria gráfica. Graças à isso, e à ponderação dos interessados, Genebra consegue evitar as greves que conturbaram Lion e Paris por volta da mesma época” (1970, p. 57-58).

Podemos, então, observar que a contribuição de Calvino para a compreensão do salário na conformidade cristã foi de grande importância. Ele coloca o problema dentro do referencial bíblico, ensinando que o salário só pode ser corretamente compreendido à luz do dom gratuito de Deus que está em Cristo.

2.2.4 O Comércio do Dinheiro - Os Juros

João Calvino (1509-1564) foi, em sua época, o teólogo cristão que contradisse tudo aquilo que se pensava acerca do empréstimo do dinheiro e da cobrança de juros nessas operações.

De acordo com André Biéler, as concepções de Calvino acerca das riquezas e de seus fins sociais levaram o reformador a formular uma regulamentação do empréstimo a juros fixando a taxa básica em 5%. Sendo esta relativamente baixa para a época (BIÉLER, 1999).

Temos o conhecimento de que os primeiros reformadores se mantiveram fiéis às tradições da Idade Média acerca dos juros. Eles condenavam o juro, admitindo somente algumas exceções. Entretanto, Calvino, já totalmente livre de tais tradições, coloca o problema sob uma nova perspectiva. Ele recorre às Escrituras acerca desse tema, buscando nelas a base para a aplicabilidade dos juros.

No comentário de Calvino sobre o Salmo 15, a questão da usura é colocada da seguinte forma:

Com respeito à usura, é raríssimo encontrar no mundo um usurário que não seja, ao mesmo tempo, um extorquidor e viciado ao lucro ilícito e desonroso. [...] outrora corretamente colocava a prática da

usura e o homicídio na mesma categoria de criminalidade, pois o objetivo dessa classe de pessoas é sugar o sangue de outras pessoas.²⁵

Calvino encontra, então, na Bíblia, a avidez humana ao lucro. Dessa forma, ele diz que a Bíblia, por essa razão, condena a usura, bem como os seus abusos. Coloca, com igual ênfase, o empréstimo desinteressado como ajuda a outrem. Esse empréstimo gratuito, segundo Calvino, é sinal de uma verdadeira fé.

Entretanto, o caso é: essa aplicabilidade é plena em toda e qualquer forma de empréstimo?

Para Calvino, na matéria em questão, a Bíblia não se refere ao empréstimo a ser contraído para a produção. Nesse caso, não se trata de socorrer alguém, ou seja, abusar da miséria alheia, exigindo compensação em juros, mas trata-se, antes de tudo, do empréstimo de um capital para aplicá-lo na produção e no trabalho.

Tal assertiva, para Calvino, é figurada da seguinte forma:

Ora, se é legítimo alugar uma propriedade imóvel para que outra a explore, porque não exigir um aluguel de quem utiliza para fins idênticos um bem móvel, como é o dinheiro?[...] se proibirmos todo juro, colocamos no mesmo pé emprestadores honestos e usurários que se aproveitam da miséria alheia. (BIÉLER, 1970, p. 65)

Ainda sobre a questão dos juros, partindo dos textos Bíblicos, Calvino passa a colocar sua crítica aos filósofos (Aristóteles e Escolásticos), cuja posição era que “o dinheiro não pode em si mesmo produzir nenhum fruto”. (BIÉLER, 1990, p. 592). Para Calvino essa afirmação é correta, desde que esse dinheiro não seja utilizado para fins produtivos, mas para fins especulativos.

Porém, para o reformador genebrino: “Ninguém toma de nós emprestado apenas a fim de diminuir o montante de dinheiro ocioso e sem fazê-lo produtivo. Eis porque o fruto não é mais do dinheiro, mas do rendimento” (BIÉLER, 1990, p. 593).

²⁵ CALVINO, João. *Comentário à Sagrada Escritura – Velho Testamento – Livro dos Salmos*. Vol. I. São Paulo: Edições Paracléticos, 1999, p. 298.

Assim, consciente da avareza e depravação humana, Calvino busca, em sua posição sobre os juros, estabelecer normas e procedimentos para a regulamentação dessa prática. Portanto, ele trata de limitá-la com o fim de cessar o poder de opressão que está no dinheiro.

Dessa forma, Calvino trata a questão em conformidade social, ou seja, não estabelece legitimação sobre o recebimento de juros no caso de empréstimos feito a pessoas pobres. Da mesma forma, Calvino não prescreve a legitimação do recebimento de juros pelo prestador se, por acaso, este não gerar nenhum lucro.

Podemos, então, observar que Calvino buscou socializar a questão dos juros, não permitindo que essa prática viesse servir como instrumento de opressão e ganho desenfreado e ilícito sobre a condição miserável ou desfavorecida do tomador do empréstimo.

Sobre essas medidas fundamentadas por Calvino, os seus sucessores, igualmente, se preocuparam em limitar ainda mais a prática dos empréstimos. Dessa forma, acrescentaram medidas ainda mais restritivas. Nessa época, alguns negociantes genebrinos tentaram fundar um banco pra facilitar a aplicação de seus rendimentos a um sistema de poupança a uma taxa de 10%. Esse fato não foi visto pelos pastores genebrinos como algo positivo. Teodoro de Beza, estando à frente de um movimento de protesto, rechaçou veementemente tal projeto (BIÉLER, 1970).

Portanto, o comércio do dinheiro, na visão dos reformadores genebrinos, deveria ser facilitado na medida em que a prática de empréstimos a juros fosse direcionada para a indústria e comércio no desenvolvimento da atividade econômica legítima. Quanto às regras dos juros, estas deveriam servir para o controle e limites de suas práticas, com vistas a construir uma sociedade justa e sem excessos.

2.2.4 A Cobrança de Impostos

Sobre a cobrança de impostos, Calvino tinha o pensamento de que era uma função legítima do Estado, a qual tinha fundamentação Bíblica. O imposto, segundo ele, era uma forma do Estado conseguir suprir suas necessidades materiais em busca do bem estar dos seus cidadãos. Por essa razão, Calvino declara a legitimidade do Estado no fisco.

Nesse ponto, Calvino declara:

[...] me parece conveniente acrescentar que os tributos e impostos que os príncipes impõem lhes são devidos por direito, embora devam empregá-los em sustentar e manter seus estados; ainda que também possam fazer uso deles licitamente para manter sua autoridade e majestade de sua casa, a qual de certo modo está vinculada à majestade de seu ofício.²⁶

Portanto, Calvino expressa, aqui, que a função do magistrado é social. Além disso, essa função não deve servir, segundo ele, como algo opressor ou abusivo ao povo, pelo contrário, o imposto deve servir, em princípio, ao bem do povo e não à sua espoliação. (BIÉLER, 1990)

Assim, os contribuintes, continua o reformador, devem aceitar essa prática sem recriminação, reconhecendo nas autoridades esse direito de cobrança. Não cabe, portanto, à Igreja, fixar as regras da tributação, mas cabe exclusivamente às autoridades governamentais atribuir os fins e os limites do seu direito, sem abusos.

Calvino trata, também, do poder que as autoridades têm de receber tributos. Ele aponta o fato de que o imposto, apesar de ser aplicado pra a manutenção do Estado e da função social, no final repercutiria diretamente sobre o povo e, portanto, viria a ser “o sangue do povo”. Dessa forma, o imposto deveria ser, em princípio, para o bem do povo e não pra sua exploração. Esta, portanto, era a razão pela qual a

²⁶ CALVINO, Juan. *Insitución de la Religión Cristiana*. Vol. II. Barcelona: FELIRE, 1999, p. 1179.

arrecadação de impostos excessiva sobre a população equivalia, para Calvino, à “pilhagem” e “tirania”.

2.3 Calvino e o Acúmulo de Capital

2.3.1 A Condenação sobre a Riqueza

Opondo-se à avareza e ao acúmulo de capital, Calvino insistia em que os bens econômicos acumulados deviam ser devolvidos através da circulação em forma de assistência aos necessitados. Assim, para Calvino, a riqueza estava em não se desejar mais do que se tem.

Entretanto, o reformador entendia que o perigo do acúmulo de bens estaria colocando em perigo a vida espiritual daqueles que assim procediam. Dessa forma, Calvino admoestava que o homem, servo de Deus, não deveria ser valorizado ou reconhecido por aquilo que possuía. O homem, portanto, deveria viver de forma grata a Deus por tudo aquilo que o Criador lhe estava proporcionando, e, em contrapartida, utilizar-se dessa abundância em liberalidade para com o seu próximo e situação contrária à sua.

Para Calvino, portanto, a nossa riqueza está em Deus, e não na abundância dos bens acumulados.

Comentando o Salmo 62.10, o reformador trata dessa questão da seguinte forma:

Pôr o coração nas riquezas significa mais que simplesmente cobiçar apossar-se delas. Implica ser arrebatado por elas a nutrir uma falsa confiança. É invariavelmente observado que a prosperidade e a abundância engendram um espírito altivo, levando prontamente os homens a nutrirem presunção em seu procedimento diante de Deus, e a se precipitarem em lançar injúria contra seus semelhantes. Mas, na verdade, o pior efeito a ser temido de um espírito cego e desgovernado desse gênero é que, na intoxicação da grandeza

externa, somos levados a ignorar quão frágeis somos, e quão soberba e insolentemente nos exaltamos contra Deus.²⁷

Para Calvino, o amor ao dinheiro era uma praga que deveria ser combatida. Além disso, os que confiam nas riquezas são, para Calvino, idólatras, pois negam o Senhorio de Cristo sobre o mundo.

A Bíblia nos ensina, em inúmeras passagens, que o amor às riquezas tem, na verdade, um teor religioso. A Palavra de Deus diz que é Mamóm (Satanás) tomando o lugar de Deus no coração do homem. Assim, os que confiam nas riquezas estão sob o jugo de Satanás, pois estão servindo, pelo amor ao dinheiro, ao materialismo e à idolatria e se esquecendo completamente da soberania e poder de Deus sobre todas as coisas.

Para Calvino, a avareza tem o poder de monopolizar o homem. É uma ferramenta demoníaca. Uma potestade tirânica e opressiva que aliena a pessoa humana. É um vício, tal como a embriaguez.

A submissão ao dinheiro, tem sobre o homem, segundo o teólogo, poder espiritual, pois o dinheiro ao alienar o homem de Deus, destrói-lhe a humanidade, passando a se tornar orgulhoso e vaidoso.

A única forma de combater a avareza, segundo o reformador genebrino, é somente pela ação poderosa do Espírito Santo que conduz o homem a Cristo, oferecendo a libertação do homem à tirania do dinheiro.

2.3.2 O Propósito de Deus sobre a Riqueza

Nesse ponto, Calvino mostra, por meio das Escrituras Sagradas, as prescrições divinas sobre o uso das riquezas, as quais, usadas de forma correta, são dadas por Deus para abençoar os desprotegidos e desprovidos.

²⁷ CALVINO, João. *Comentário à Sagrada Escritura – Velho Testamento – Livro dos Salmos*. Vol. II. São Paulo: Edições Paracletos, 1999, p. 580.

Como sabemos, todos os bens materiais nos servem para a manutenção e sustento. Nesse sentido, Calvino entende que se os homens seguissem à risca as leis de Deus, haveria no mundo uma repartição natural desses bens entre todos os homens. Entretanto, o pecado corrompeu essa harmonia e, mediante o egoísmo, a avareza e a cobiça, houve uma desestruturação da sociedade. O monopólio toma o lugar da justa distribuição dos bens entre os homens.

Com a extrema sabedoria, que lhe era peculiar, Calvino trata desse ponto, ao citar o trecho da conversa de Jesus com o moço rico, da seguinte forma:

Abrir mão das riquezas, não é de si uma virtude, é antes, uma vã ambição. Louvam as histórias profanas a Crates de Tebas pelo fato de haver ele atirado ao mar seu dinheiro e tudo quanto possuía de preciosos, uma vez que pensava não poder salvar-se, a menos que percessem as suas riquezas. Como se mais não tivesse valido que distribuísse aos pobres, o que pensava ser-lhe supérfluo! Por certo que, sendo a caridade o vínculo da perfeição, aqueles que a si se priva, e aos outros também, do uso de qualquer quantia, nenhum louvor merece. E essa é a razão porque Cristo não louva simplesmente vender, mas exercer liberalidade em aos pobres socorrendo.²⁸

A aplicação das riquezas ao serviço do próximo, pensava Calvino, é um sinal exterior da fé autêntica. Portanto, o fim das riquezas pela vontade de Deus é, então, para Calvino, acudir as necessidades dos irmãos. Dessa forma, temos uma justa repartição das riquezas pessoais entre todos. Os ricos, por sua vez, assumem a forma de dispenseiros de Deus, os quais estão no mundo para acudirem os pobres e necessitados. Os ricos, desta feita, são considerados pelo reformador como os provedores dos pobres e assim chamados por ele de “os ministros dos pobres”. Assim, o homem que vive na obediência a Deus nada mais faz que dar ao próximo o que reconhece lhe ter sido dado por Deus exatamente para esse fim.

²⁸ BIÉLER, André. *Pensamento Econômico e Social de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 1990, p. 427. **Crates de Tebas** (368/365 — 288/285 a.C.), um filósofo helenístico, pertenceu à escola cínica de filosofia e mestre de Zenão de Cítio. Crates era natural de Tebas e foi discípulo de Diógenes de Sínope. É dito que ele perdeu sua fortuna devido à invasão macedônica, mas uma história mais provável é que ele a tenha sacrificado segundo seus princípios, entregando-a aos cuidados de um banqueiro para que ele a desse a seus filhos caso eles provassem ser tolos, mas para os pobres se por acaso eles demonstrassem ser filósofos. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crates_de_Tebas>. Acesso em: 27 set 2008.

Calvino então afirma que, Deus não dá os bens materiais o homem para que deles disponha de forma egoísta, mas que os distribua entre aqueles que mais necessitam.

2.3.3 O Propósito de Deus sobre a Pobreza

Da mesma sorte como Calvino aborda o papel dos ricos, temos aqui, portanto, o pensamento do reformador sobre o papel dos pobres.

Para Calvino, o pobre é aquele a quem Deus dá, de forma momentânea, menos bens que ao seu próximo. Dessa forma, o papel do pobre diante do rico, e, conseqüentemente, o do rico diante do pobre, é para ele, uma forma de interdependência social pela simples razão de que o pobre é agraciado pelo rico em suas necessidades, e pela justa cooperação do rico nessas questões sobre a vida do pobre.

Sobre isso, Calvino em um dos seus sermões afirma o seguinte:

Como diz Salomão, Deus criou o pobre e o rico. Com isto quer dizer que, se Deus o quisesse, teria cada um abundância de posses e de dinheiro, e de tudo que é desejável segundo o mundo, de sorte que haveria igual medida entre nós; Deus, porém, sabe porque assim se faz que haja pobreza e riqueza; e mesmo que até o fim do mundo assim haverá de ser.²⁹

Calvino continua a trabalhar nessa questão afirmando que, da mesma forma que o rico é posto à prova por Deus na obediência, apesar da abundância de bens, o pobre também tem a mesma condição, mas na sua excassez de bens. Assim, o pobre tem por missão ser os receptor de Deus por meio do rico que o próprio Deus envia para lhe examinar a fé.

Justificando essa questão, Calvino mostra, pelas Escrituras, que o próprio Filho de Deus, voluntariamente, veio ao mundo na condição de humildade e de pobreza. O

²⁹ BIÉLER, André. *Pensamento Econômico e Social de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 1990, p. 433.

Evangelho, dessa forma, estabelece a relação de que o pobre está próximo a Deus. Da mesma maneira, continua Calvino, que a riqueza é um sinal de graça de Deus, é o pobre entre os homens a testemunha dessa graça, pois ele é a figura do sofrimento que Jesus Cristo aqui suportou.

Logo, Calvino mostra, aqui, uma relação totalmente inversa a considerada pela sociedade acerca da valorização daqueles que são abastados, com o desprezo aos menos favorecidos. Essa inversão se dá porque que Deus volta a sua atenção para com os pobres e para com aqueles que não gozam dos favores e consideração geral, pois, segundo a Bíblia, o Evangelho foi anunciado, em primeiro lugar, aos pobres (Mateus 11.5). Dessa forma, para o reformador, a vantagem espiritual que o pobre tem sobre o rico é que este tem menor disposição à tentação sobre as riquezas.

Assim, para o reformador, o pobre é usado como mensageiro de Deus neste mundo, onde, por meio dele, Deus prova a fé dos ricos.

Entretanto, Calvino vê que a questão da função do pobre como mensageiro de Deus, não é apenas para mantê-lo nessa condição, mas ao contrário, é para tirá-lo dessa condição na medida em que exista a justa distribuição de bens entre todos. Isso pode ser realizado, segundo o teólogo, a partir da circulação de bens. Portanto, através de um sistema econômico eficiente e justo, o pobre seria agraciado pela oportunidade que o rico lhe daria no sentido de fornecer-lhe condições para receber aquilo que lhe fosse útil para cobrir suas necessidades. Deste modo, a repartição e distribuição dos bens econômicos, segundo os desígnios divinos, deveria formular um sistema econômico estabelecendo relações do trabalho humano e a repartição dos produtos comuns, personificando, assim, a providência de Deus.

Portanto, para Calvino, o trabalho de cada um e a compensação mútua regida pelo amor é a fórmula do regime social estabelecida por Deus aos homens para que a vida em sociedade seja harmoniosa.

Observamos, até aqui, que o grande reformador, em comparação a outros teólogos antecessores, elaborou um pensamento econômico inteiramente original.

Em primeiro lugar, Calvino afasta-se nítidamente dos teólogos medievais no que diz respeito à pobreza voluntária. Como se supunha na Idade Média, a vida cristã deveria estar desvinculada de bens materiais. Ao contrário, o reformador genebrino coloca que a vida espiritual exige que o crente assuma diante de Deus a responsabilidade integral de sua vida, inclusive a material. Tal idéia rompe definitivamente com a visão veteroteológica da oposição *espírito e matéria*.

Em segundo lugar, na medida em que outros teólogos diziam que a vida econômica, de um modo geral, estava totalmente desarraigada do plano salvífico de Deus e Calvino foi o primeiro a mostrar que a fé em Cristo é o referencial do comportamento concreto do homem na sua relação com Deus e seu próximo. Ele entendia que as relações econômicas entre os elementos da sociedade podiam ser restauradas por meio da renovação espiritual do homem. Para isso, a evangelização e a missão cristã teriam importância direta sobre essas questões econômicas e passariam a ser a condição *sine qua nom* para harmonia dessas relações.

Tal pensamento teve consideráveis repercussões sobre a sociedade protestante. Se considerarmos a posição de Calvino à luz da ciência moderna, veremos o quão profundo e significativo foi o seu discernimento. Foram necessários séculos posteriores para que as ciências econômicas redescobrissem o papel fundamental sobre a circulação de bens para a manutenção da ordem social.

Entretanto, não devemos responsabilizar o teólogo sobre a divinização do trabalho e dinheiro em razão daquilo que abordamos até agora, pois o reformador tratou dessas questões sujeitando-as a Deus. Isto se justifica pela razão de que Calvino sempre pregou a solidariedade econômica entre os homens e o Estado, a necessidade da circulação e redistribuição das riquezas e a legitimidade da intervenção do Estado, no sentido de regulamentar a vida econômica.

Calvino tinha uma concepção da vida econômica dentro de um *socialismo personista* que sempre buscava um equilíbrio entre a proteção dos direitos e bens da pessoa e, também, em contra-partida, o respeito das necessidades da sociedade.

Podemos, assim, resumir as idéias apresentadas pelo teólogo genebrino da seguinte forma:

- 1) *Não devemos buscar os bens terrenos por cobiça*: se vivermos na pobreza, suportemos pacientemente; se tivermos riquezas, não estejamos presos ou confiemos deliberadamente nelas, pois devemos estar dispostos a renunciar sempre se isso for conveniente a Deus, considerando, quando assim for necessário, estas situações como bênçãos. Portanto, busquemos, em primeiro lugar, o Reino de Deus que está em Jesus Cristo sem que nos envolvamos em ambições terrenas;
- 2) *Trabalhemos honestamente para ganhar a vida*: recebamos os nossos ganhos como vindos das mãos de Deus; usemos os nossos bens em serviço do próximo, e, ao mesmo tempo, não nos sucumbamos à má fé a fim de nos apossarmos dos bens alheios;
- 3) *Sempre dando graças à Deus*: ao comermos nosso pão, façamos com alegria, sem orgulho ou vaidade, de forma moderada, reconhecendo que tudo vem das mãos de Deus e que é para Ele que deveremos prestar contas; devemos usar nossos bens no socorro ao nosso próximo.

CAPÍTULO 3

Antes de analisarmos o impacto do pensamento de Calvino sobre o Capitalismo, devemos, antes de tudo, apresentar alguns conceitos sobre as ciências econômicas e este sistema contemporâneo adotado por grande parte das nações, para que se possa ter um breve conhecimento acerca da origem e dos termos utilizados, bem como do conhecimento dos mecanismos de funcionamento desses sistemas.

3.1 Elementos básicos da economia contemporânea

Até o ano de 1615, as ciências econômicas eram conhecidas apenas sob o título de *Economia*. Nessa mesma época foi, pela primeira vez, batizada de *Economia Política*, entretanto, foi Antoine de Montchrétien (1575-1621) quem acrescentou a palavra *Política* à expressão *Economia* em seu célebre livro *Traité de l'Economie Politique*, no qual afirmou: “A ciência da aquisição da riqueza é comum ao Estado e à família”(SILVA, 1978,p. 13). Assim, no seu entender, não se justifica em nenhum caso a separação do adjetivo *política* do substantivo *economia* no título dessa disciplina.

A expressão *Economia* tem origem na palavra grega “*oikos*”, que significa casa, fortuna, riqueza, e na palavra “*nomos*” quer dizer lei, regra ou administração. Dessa forma, *ecônomos* eram aqueles que administravam os bens, as rendas e as despesas da casa ou lar. Assim, a definição etimológica de economia indica a administração da casa. Entretanto, o estudo da economia visa outro significado diferente, ou seja, as relações humanas, chamadas de econômicas. Portanto, podemos afirmar que a *Economia* tem por objeto ou estudo certos aspectos da nossa atividade; daí a razão de se dizer que ela é uma das disciplinas que estudam o comportamento humano.

A economia deve ser considerada como ciência, porque ela forma um sistema lógico de conhecimentos sobre o seu objeto, ou seja, a atividade econômica.

Segundo Adolphino Silva (1978, p. 16), a definição real de economia pode ser assim colocada: *Economia é a ciência que estuda as relações humanas denominadas econômicas, avaliáveis em moedas e tendo por fim um consumo.*

As ações econômicas do homem estão ligadas diretamente à busca de coisas necessárias (bens e serviços) para que ele possa viver.

A palavra *necessidade* significa carência ou falta de coisas necessárias, enquanto o termo *satisfação* denomina o estado saciado, farto, contente etc. Assim, podemos observar que existem várias classificações de necessidades humanas, as quais são divididas em: *básicas* e *específicas*.

Dessa forma, a busca da satisfação das necessidades do homem leva-nos a entender dois fenômenos importantes no sistema econômico: produção e consumo. Porém, à medida que as sociedades foram crescendo, surgiram outros fenômenos: *repartição*, *circulação* e *consumo*, os quais têm sua origem nas necessidades humanas.

Quanto à *produção*, do ponto de vista da Economia, significa criar bens ou serviços oferecendo-os à venda ou à troca a fim de que estes possam satisfazer as necessidades. Para isso, são utilizados os seguintes fatores: a terra, o trabalho e o capital. Assim, a produção só é possível com o concurso desses três fatores, a saber: a *terra*, que é o fator originário que constantemente oferece ao homem incalculável riqueza; o *trabalho*, pois sem ele não podemos conseguir os bens econômicos; e o *capital*, sem o qual não completamos o nosso processo produtivo.

Outro ponto a ser considerado é a *capitalização*. À luz da Economia, *capitalização* significa a formação de novos capitais, trata-se do investimento em novos bens de produção. A capitalização, além de ser importante para o aumento da produção, também o é na questão da renda nacional, pois a elevação da renda nacional depende de maior produção porque só se pode distribuir o que se produz (fenômeno da repartição).

Vemos, portanto, que a economia está diretamente ligada à relação do homem com a sociedade por meio da atividade de produção e trocas, as quais geram outros fenômenos que compreendem todo sistema econômico. Assim, o homem em sua atividade econômica está diretamente se interagindo com o meio e a sociedade em que vive. Dessa forma podemos ter o seguinte: *o agente* (homem), *a causa* (o consumo) e *o meio* (as relações econômicas).

3.2 O Capitalismo: Princípios Teóricos

O princípio básico do capitalismo é a liberdade que é entendida como direito de adquirir, de desfrutar e de dispor de bens.

O conceito capitalista de liberdade está diretamente ligado ao direito de propriedade e nela reside todo o seu sentido. Portanto, não se trata de uma liberdade no sentido absoluto e universal, mas condicionada à existência de uma ordem, chamada *ordem natural*, com suas leis e mecanismos próprios (PRADA, 1978).

O papel do Estado, nesse processo, estabelece o controle desta ordem natural. Dessa forma, este controle existe para a preservação e proteção da justiça e da propriedade individual, bem como para promover uma legislação eficiente para a conservação da liberdade econômica e das trocas.

O núcleo do sistema capitalista, portanto, reside no *mercado*. Este é o que regula o movimento econômico, que determina a quantidade a produzir (demanda), a qualidade e os preços dos produtos. Assim, a economia de mercado é uma criação própria do capitalismo.

Portanto, se o mercado é o centro do sistema capitalista, a empresa é sua célula, o elemento individual gerador do seu dinamismo. Na empresa se realiza na combinação dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) com o fim de obter um produto e colocá-lo de forma adequada com as suas leis e circunstâncias. Assim, a empresa tem de considerar os diversos dados, capital, trabalho e preço, antes de decidir lançar um produto no mercado.

Assim, as leis de oferta (representada pela empresa) e procura (representada pelo mercado), têm sua existência na política de preços. O empresário conhece a demanda por meio dos preços e são estes que fixam os limites dos índices econômicos. A empresa, portanto, não se relaciona diretamente com a procura, mas através de um processo indireto em que o mercado tem uma significativa participação.

Entre os fatores de produção, o capital representa, no capitalismo, um papel decisivo. As dimensões das empresas e a complexidade dos processos de produção exigem volumes enormes de capital para a expansão produtiva, que é representada pelas matérias-primas, ou para os fundos de reserva. Assim, a constante busca da melhoria nos processos de produção na luta com os concorrentes exige um contínuo investimento de capital. Portanto, o capital é o verdadeiro criador dos valores econômicos.

Como o volume do capital muitas vezes excede as possibilidades particulares, o empresário deve munir-se de meios alheios. A partir daí, temos, como inseparáveis, a organização do crédito e a mobilização do dinheiro para o desenvolvimento do capitalismo. Assim, a expansão do crédito regula o progresso do capitalismo.

Portanto, uma característica peculiar do capitalismo é seu dinamismo. A concorrência obriga uma renovação contínua; o empresário, por sua vez, tem de buscar novas fórmulas e lançar, continuamente, produtos no mercado, cujo sucesso não lhe pode ser garantido. Dessa forma, o negócio encontra-se ameaçado constantemente pelo risco.

O desenvolvimento do capitalismo não se produz, portanto, de uma maneira uniforme e regular, mas, antes, ciclicamente, de forma que podemos verificar, no curso da história, uma série de movimentos e oscilações de diferentes fases de expansão e contração do sistema. Assim, para se superar essas crises o capitalismo busca orientar-se por meio da concentração técnica e econômica das empresas diante das perspectivas mercadológicas.

3.3 Calvino e o modelo capitalista

Já sabemos que a primeira forma de capitalismo foi a comercial. Esse sistema teve seu desenvolvimento decorrente da ampliação dos mercados provocada pelas grandes descobertas. A atração pelas riquezas do Novo Mundo causou efeitos de concentração financeira.

Se o capitalismo aumentou a riqueza, este não soube reparti-la nem mesmo colocá-la à disposição de todos.

Entendemos que a Reforma Protestante não pretendeu, a princípio, ser uma reforma social, mas procurou restaurar um cristianismo fiel a suas origens. Ela pretendia proporcionar ao mundo o conhecimento do ser humano tal como ele é em sua complexidade e, sobretudo, dar a cada indivíduo as possibilidades de restauração, quer na sua participação política quer nas suas relações econômicas.

Vemos, portanto, que o espírito da Reforma desenvolveu firme vontade de transformação religiosa, política e social.

João Calvino foi um dos raros teólogos da época moderna que, ao contrário dos seus predecessores contemporâneos e também da maioria dos teólogos e moralistas cristãos dos séculos seguintes, discerniu um novo modelo das relações entre os diferentes fatores econômicos. O grande reformador, utilizando a ética tradicional, propôs uma dimensão social e política perfeitamente adaptada às proporções do novo capitalismo.

Calvino valorizou a livre iniciativa, base do capitalismo liberal, ressaltando que tal liberdade correspondia a um aspecto importante da vocação: a direção que Deus dava a cada indivíduo pelo exercício de seu trabalho particular. Além disso, ele mostrou a necessidade de uma legislação social rigorosa capaz de proteger os fracos e os pobres contra os abusos sempre frequentes dos ricos sobre eles. A legitimidade de tal legislação fundamentou-se na vocação providencial do Estado.

João Calvino, também não ignorou as regras do mercado. Estas deveriam ser regidas pela ética. Deveriam levar em consideração as necessidades e a dignidade de todas as partes que as compõem. Os homens tinham, portanto, de tomar cuidado com a avidez, que ameaçava sempre perverter as relações sociais, particularmente quando a conjuntura era adversa para os trabalhadores mais fracos.

Sobre isso, Biéler (1999, p. 129) cita a seguinte declaração de Calvino:

Eis como muitas vezes procedem os ricos [...] Espreitam as ocasiões favoráveis para reduzir a metade dos salários dos pobres, quando estes não têm onde se empregar. Estes estão desprovidos de tudo, dirá o rico, tê-los-ei por um pedaço de pão, porque precisam, embora contra a vontade, se renderam a mim. Dar-lhes-ei meio salário e têm de contentar-se. Quando, pois, usamos de tal maldade, conquanto não tenhamos negado o salário, há sempre crueldade, e lesamos um pobre.

Portanto, em matéria de remuneração ao trabalho, o que era justo sob o aspecto da ética estava, muitas vezes, distante do que era a norma no mundo econômico.

Por isso, enquanto a sociedade medieval menosprezava o comércio, o cristianismo reformado via-o de outra forma, inspirado no ensino bíblico. Calvino entendia que, já que Deus havia dado a cada indivíduo uma missão particular (vocação), cada um teria o direito de usufruir as outras atividades humanas. A divisão do trabalho, portanto, estava na conformidade dos desígnios de Deus. Nessa diversidade de atividades, as relações econômicas se manifestavam. Cada indivíduo era dependente do outro. Desse modo, expressava-se a solidariedade, ligando os homens entre si. Essa solidariedade, portanto, implicou troca permanente entre cada indivíduo, e isso incluiu a reciprocidade dos serviços. O comércio, portanto, foi essa corrente em que cada elo correspondia à vocação individual para um trabalho particular. As trocas foram indispensáveis para que se realizasse a ordem social harmoniosa que Deus quer ver estabelecida entre os homens.

Para Calvino, essas trocas só seriam válidas e úteis se estivessem em conformidade com a vontade de Deus. Essa é, portanto, a ética cristã.

A partir do século XIX, com o processo maciço da industrialização, essas relações, em consequência do processo de divisão do trabalho, foram quebradas pela razão de que o homem fora reduzido a uma simples máquina, destruindo a natureza do trabalho criador, individual, resultado de uma vocação personalizada.

Quanto à liberdade de mercado indispensável ao desenvolvimento econômico, Calvino não ficou isento. Ele propunha que era preciso controlar os seus abusos, pois estes poderiam ferir a ética adequada.

Em relação ao monopólio e à cobrança de juros, Calvino se colocou contra os excessos. Para o reformador, os juros não devem ser tolerados se aquele que emprestou não ganhou com o montante emprestado e a remuneração do trabalho tem prioridade sobre o capital. Além disso, todos os juros que estão acima das taxas estipuladas transformam-se em usura e devem ser condenados.

Segundo a ética do cristianismo reformado, a área do dinheiro e dos negócios, tanto da vida privada como na vida pública, precisa ser facilitada na medida das exigências do desenvolvimento industrial e comercial. Portanto, a economia precisa ser regulamentada e controlada sob as exigências de uma ética responsável. É necessário que a vida em sociedade não seja perturbada pelos excessos de todos os tipos. Portanto, é inegável que a ética do cristianismo reformado conduziu a reabilitação do trabalho, do dinheiro e da vida econômica em geral.

Calvino soube discernir de forma absolutamente nova, com referência às antigas concepções medievais, o papel útil e necessário não só das trocas econômicas, mas também das atividades financeiras, sob a condição de que estas fossem igualmente subordinadas a uma ética severa, assim como uma legislação correspondente.

3.4 Controvérsias sobre o pensamento de Calvino

Vários pensadores e estudiosos têm buscado explicar o extraordinário desenvolvimento econômico e financeiro das várias sociedades protestantes à partir

da doutrina de João Calvino. Sobre isso, estaremos discorrendo sobre as teses desses pensadores, em especial de Max Weber (1864-1920)³⁰.

Sociólogo do século XX, Weber apresenta em seu livro “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” que os reformados são muito mais numerosos, em certas regiões industriais, nas técnicas comerciais e financeiras que os participantes de outras religiões. Para ele, portanto, o protestantismo reformado contribui no desenvolvimento do capitalismo, o qual ele chama de “*espírito capitalista*”.

Sobre isso, assevera Weber (2004, p.34):

O católico é mais sossegado; dotado de menor impulso aquisitivo, prefere um traçado de vida o mais possível seguro, mesmo que com rendimentos menores, a uma vida arriscada e agitada que eventualmente lhe trouxessem honras e riquezas. [...] No presente caso, o protestante prefere comer bem, enquanto o católico quer dormir sossegado.

Weber observa que o que constitui o impulso da atividade capitalista não é somente o desejo de possuir, mas é o desejo de ganhar. E o que caracteriza esse tipo de pensamento pré-capitalista para uma situação de capitalismo é, portanto, o desejo de ganhar. Para isso, continua Weber, haverá o desejo de trabalhar além do necessário para a sobrevivência, ou seja, para a manutenção do básico para sobreviver. Dessa forma, Weber afirma que, o crescimento quantitativo desse trabalho só seria possível se o trabalho estivesse ligado a algum tipo de crença, ou seja, o trabalho possuir características religiosas. Assim, ele admite que o calvinismo deu ao trabalho um caráter religioso.

³⁰ Max Weber é considerado um dos fundadores da sociologia e dos estudos comparados sobre cultura e religião, disciplinas às quais deu um impulso decisivo. A sua abordagem diferia da de Marx, que utilizou o materialismo dialético como método para explicar a evolução histórica das relações de produção e das forças produtivas. Contrastava igualmente com as propostas de Durkheim, que considerava ser a religião a chave para entender as relações entre o indivíduo e a sociedade. Para Weber, o núcleo da análise social consistia na interdependência entre religião, economia e sociedade. No seu conhecido ensaio *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905), Weber expunha por que haviam surgido no âmbito ocidental, e só aí, fenômenos culturais que iriam assumir um significado e uma validade universais. O protestantismo e, especialmente, o calvinismo haviam estabelecido as bases do sucesso econômico, da racionalização da sociedade ocidental e, por último, do desenvolvimento do capitalismo. Tudo isso a partir de conceitos como a ética da renúncia ao instinto (ascese interior) e o desencanto ante o mundo. Weber também procurou uma ética econômica das religiões que, com exceção do Islã, seria baseada em raciocínios histórico-empíricos (*Ensaio para uma Sociologia da Religião*, 1920-1921). <[HTTP://educacao.uol.com/biografias/klick/0,5387,2119-biografia-9,00.jhtm](http://educacao.uol.com/biografias/klick/0,5387,2119-biografia-9,00.jhtm)>. Acesso em: 12 out. 2008.

Vemos anteriormente que o trabalho fazia parte apenas da vida material, onde não se encontrava nenhuma relação com a salvação eterna ou com a vida espiritual. Entretanto, para o calvinismo o trabalho é considerado uma vocação. Portanto, torna-se uma atividade religiosa, ou seja, o trabalho é uma ordenança de Deus.

Com base nessa ética, Weber ilustra essa teoria através das sociedades puritanas do século XVIII com o exemplo marcante de Benjamim Franklin³¹.

Aqui, Weber (2004, p. 43) tem a seguinte declaração de Franklin:

“Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo, quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso. Lembra-te que o dinheiro é procriador por natureza e fértil. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante.”

³¹ **Benjamin Franklin** foi a mais nova de 17 crianças nascidas dos dois casamentos de Josiah Franklin, comerciante de velas de cera. Jornalista e tipógrafo desde os 15 anos, começou no jornal de seu irmão James, "The New England Courant", em Boston. Em 1729, comprou o "Pennsylvania Gazette". Seu grande sucesso como editor foi o Almanaque do Pobre Ricardo. Publicado a partir de 1732, o anuário de informações gerais era cheio dos provérbios de Franklin, como: "**um tostão poupado é um tostão ganhado**". Neste período, além de editor, liderou o grupo que criou a primeira biblioteca pública da Filadélfia. Foi também um dos fundadores da Universidade da Pensilvânia, onde ergueu o primeiro hospital público da colônia que seria os Estados Unidos. Em 1748, vendeu a editora para se tornar cientista em tempo integral. Suas descobertas sobre a eletricidade lhe trouxeram uma reputação internacional. Além de ser eleito membro da Royal Society, ganhou a medalha Copley em 1753 e seu nome passou a designar uma medida de carga elétrica. Franklin identificou as cargas positivas e negativas e demonstrou que os trovões são um fenômeno de natureza elétrica. Esse conhecimento serviu de base para seu principal invento, o pára-raios. Ele criou também o *franklin stove* (um aquecedor a lenha muito popular) e as lentes bifocais. Franklin revolucionou a meteorologia. Com base em conversas com agricultores notou que a mesma tormenta percorria várias regiões. Assim, criou mapas meteorológicos semelhantes aos usados ainda hoje para substituir os gráficos usados até então. O inventor provou ser ainda um hábil administrador público, porém, usava a influência em favor de familiares. O seu mais notável feito no governo foi a reforma do sistema postal. Foi embaixador das colônias no Reino Unido e, depois da independência, representante dos Estados Unidos na França, onde se tornou uma figura popular na sociedade parisiense. Em 1785, Franklin foi chamado de volta aos Estados Unidos e honrado com um retrato pintado por Joseph Siffred Duplessis para a Galeria do Retrato Nacional, do Instituto Smithsonian, em Washington, como um dos heróis da independência. Ele participou da redação da "Declaração de Independência" e da Constituição. Engajou-se na campanha abolicionista e continuou com a popularidade em alta. Quando morreu, aos 84 anos, o funeral foi acompanhado por 20 mil pessoas. <[HTTP://educacao.uol.com/biografias/ut11789u175.jhtm](http://educacao.uol.com/biografias/ut11789u175.jhtm)>. Acesso em 09 Set. 2008.

Dessa forma, para Weber, tal declaração ensina não apenas perspicácia nos negócios mas, associado às práticas mercantis, uma ética. Portanto, Weber afirma que a atividade econômica, no seio protestante, estava balizada por uma profunda ética.

Essa ética, segundo Weber, estava ligada a doutrina da predestinação. Essa doutrina como característica da fé reformada dá sentido a vida do crente e, portanto, o leva a um individualismo. Dessa forma, aquele que é predestinado será reconhecido por suas obras. Neste caso, temos o trabalho como uma delas. Portanto, quanto mais abençoado for seu trabalho, mais seguro estará sua salvação. Assim, continua Weber, temos os dois elementos principais das sociedades capitalistas. O primeiro, trabalha-se muito (vocação divina), e o outro, gasta-se pouco (desinteresse pelos bens materiais). Temos, portanto, como resultado o acúmulo de capital, e assim, mais dinheiro para novos investimentos.

Weber afirma que, baseando sua ética na doutrina da predestinação, os calvinistas substituíram a aristocracia espiritual dos monges, alheia e superior ao mundo, pela aristocracia espiritual dos predestinados santos de Deus, integrados ao mundo. A união da fé, com normas absolutamente válidas, com o determinismo absoluto, e a completa transcendência de Deus foi, a seu modo, um produto de grande genialidade, uma ordenação racional sistemática da vida moral global.

O que precisamos relatar aqui é que análise de Weber está sendo discutida sobre um calvinismo do século XVIII. O puritanismo dessa época foi fortemente influenciado por questões religiosas diferentes das idéias de Calvino. Entretanto, não podemos afirmar que Weber estava totalmente enganado sobre tais idéias, pois a doutrina da predestinação esteve também sempre presente no calvinismo do século XVIII, mas ela não era o centro do pensamento de Calvino. O que precisamos deixar claro é que as sociedades puritanas desprezavam os prazeres mundanos, onde nessa atitude, alimentava-se o aspecto de poupança de forma mais acentuada que em outras sociedades religiosas.

Quanto a poupança, Calvino insistia que os valores acumulados deveriam ser colocados em circulação no mercado na forma de assistência os mais necessitados.

É evidente, portanto, que se Weber tivesse estudado o calvinismo do século XVI teria chegado a outras conclusões. O calvinismo original buscava promover uma sociedade laboriosa e, ao mesmo tempo, se prevenir contra os excessos provocados pela avareza e a avidez.

Assim, quando comparamos o “espírito capitalista” conforme descrição feita por Weber e reconhecida pelo meio acadêmico, com as idéias de Calvino a respeito do dinheiro e dos negócios, passamos a descobrir que ele considerava os negócios como uma forma legítima de servir a Deus e de trabalhar para a sua Glória. Ele via na circulação do dinheiro e os bens e serviços como uma forma concreta da comunhão dos santos, e defendia aqueles que se envolviam nos negócios deveriam ter como objetivo a ajuda aos menos favorecidos.

3.5 O Pensamento Econômico e Social de Calvino e o Mundo Contemporâneo: Outras Considerações

Nas luzes da Revolução Industrial do século XVIII, que prometia progresso e enaltecia a liberdade, poderia se ter, agora, nos fatores de produção, prosperidade para todos. Porém, isso não aconteceu. Com o passar dos tempos, as relações sociais começaram a mergulhar em um profundo egoísmo individual e coletivo, estimulados por interesses de grupos sociais. É na contramão dessas práticas que está o pensamento de Calvino acerca das relações sociais e comerciais.

Pode-se fazer toda espécie de crítica a Calvino, mas ninguém pode negar que o reformador genebrino trouxe grandes contribuições através de seus pensamentos e da sua influência sobre uma sociedade que estava mergulhada na ignorância e miséria econômica.

Por meio de sua visão bíblica, Calvino buscou levar o homem a ser motivado por causas nobres. A sua preocupação era compreender e interpretar a Palavra de Deus para homens que viviam em sua época. Assim, a fidelidade de Calvino às Escrituras

não nos permite reduzir sua doutrina limitando-a apenas a situações históricas de seu tempo. Ao contrário, impõe-nos a obrigação de refazermos o nosso tempo em face de circunstâncias novas, a submissão à Palavra de Deus da qual ele nos deixou grandioso exemplo.

A modernidade de Calvino consiste em não considerar as Escrituras como regras de proibição. A palavra de Deus, portanto, não deve se tornar obstáculos à vida. Nem privações, nem excessos. Calvino condenava o luxo e a luxúria, não o bem-estar e o prazer. O livre uso dos bens não se destina unicamente às necessidades, mas ao nosso progresso, prazer e divertimento. Por essa razão, o pensamento de Calvino deu grande abertura no processo de fortalecimento do encorajamento a atividade econômica.

O risco, o prazer, o dinheiro, o comércio, o trabalho, a prosperidade coletiva, tudo isso representa, para Calvino, o próprio homem como instrumento e elemento fundamental no cumprimento dos propósitos divinos. Dessa forma, nas questões econômicas, Calvino rejeita a inércia, onde o imperativo da Bíblia é “fazer frutificar todos os dons de Deus”. Assim, a vida econômica não poderia ser reduzida a distribuição de renda mais ou menos equitativa de riqueza. Calvino deslocou a mentalidade econômica da divisão da riqueza em direção à criação de riquezas. Além disso, emancipou as questões econômicas da esfera teológica. Dentro de uma mentalidade de empreendedorismo, o dinheiro se torna agente de produção, deixando de ser mero instrumento de opressão e esterilidade.

Ao contrário daquilo que Calvino abordou, observamos que a sociedade atual não tem compreendido os pressupostos que já discutiremos. Podemos encontrar várias razões para isso, mas é essencial analisarmos aqui algumas delas.

O economista Adam Smith (1723-1790), um dos teóricos mais influentes da economia moderna, responsável pela Teoria do Liberalismo Econômico³², afirmou o

³²As teses do liberalismo econômico foram criadas no século XVIII com clara intenção de combater o mercantilismo, cujas práticas já não atendiam às novas necessidades do capitalismo. O pressuposto básico da teoria liberal é a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma. Mais informações, consultar a grande obra de Adam Smith, “Tratado sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações”, publicada em 1776.

seguinte: "... toda a atividade humana repousa sobre o princípio hedonístico da vida, isto é, sobre o princípio do prazer, que conduz os homens para buscar o máximo de satisfação com o mínimo de esforço" (BIÉLER, 1999, p.150).

Tal princípio torna-se, agora, na sociedade moderna, em crença, onde o jogo de interesses está acima da moral e ética do homem. O homem trata de si mesmo, e sendo insensível com a fraqueza dos outros.

Nessa circunstância, vemos crescer a miséria, ao contrário de todas as promessas otimistas emanadas do desenvolvimento industrial. Vemos a multiplicação das camadas mais pobres da população mundial. Tais fatos nos conduzem a refletir sobre a degradação da sociedade e do seu constante estado de empobrecimento.

Sobre isso, André Biéler (1999, p. 213) declara:

Na desordem e na confusão contemporâneas, novas aventuras coletivas podem assumir, de um momento para outro, formas dramáticas e dimensões inopinadas, sob a condução de líderes carismáticos insensatos. A praga do desemprego, a eclosão de conflitos étnicos e nacionalistas, a terrível pressão das migrações, a propagação da droga, da AIDS e da corrupção sob todas as suas formas, proporcionam às Igrejas desafios de grande dimensão que, bem ou mal, se esforçam por vencer.[...] O primeiro dever dos crentes é pois lembrar a cada indivíduo o sentido de sua vida. Para isso, qualquer que seja a região do mundo, as Igrejas devem redescobrir sua vocação original que é a evangelização.

O que Biéler afirma acerca da evangelização, é que esta deve levar a sociedade em conhecer e voltar-se para uma ética cristã, onde o homem é visto não apenas como um indivíduo, mas sim como criação da imagem e semelhança de Deus, e por essa razão, ele tem seu significado na sociedade.

Dessa forma, o Evangelho é o instrumento utilizado pela Igreja para a renovação dos povos, levando em conta tanto a sua situação particular quanto sua solidariedade entre seus membros.

Entretanto, a democratização da economia fez com que o trabalho perdesse sua dignidade. Dignidade essa dada por Deus no sentido de fazer do trabalho uma

vocação pessoal, sendo cada indivíduo responsável pela sua execução. Além disso, o direito ao trabalho é também uma questão fundamental. Esse direito é dado por Deus ao homem para seu sustento e manutenção.

Infelizmente, vemos na sociedade atual que esse direito é parcialmente reconhecido e respeitado. O exercício desse direito está nas mãos de aqueles que fornecem ao trabalho capital, o qual é necessário para sua realização. Portanto, o grande desafio do nosso tempo é devolver ao trabalho os direitos que lhe foram confiscados no curso da história, e descobrir formas que sejam capazes de reduzir os conflitos sociais que o degeneram, quer por crises, quer por guerras.

O que vemos no momento, é que o homem está em um círculo vicioso de uma corrupção latente e constante, onde os pressupostos e finalidades acerca da sua existência e propósitos estão longe dos propósitos pelo qual ele foi criado e vocacionado. Nesse sentido, João Calvino, como teólogo e humanista, resgata essa importância e responsabilidade do homem em todos os setores da sociedade, nesse caso, dos fatores econômicos, que faz a circulação de bens e serviços, formas da prática vocacional desse homem, não só para seu bem, mas também para a coletividade da qual ele pertence.

Conclusão

Pudemos observar que a economia no período medieval estava, de certa forma, amarrada a pressupostos de sacralização, ou seja, tudo o que deveria ser realizado era amparado pela Igreja, e sem ela não poderia haver qualquer prática. A regulamentação era baseada na condição e na aprovação do clero. Nesse período, segundo a história nos mostra, que tal sistema econômico não tinha qualquer liberdade. Aliás, essa falta de liberdade estava condicionada diretamente à práticas realizadas pela própria Igreja Medieval. Assim, o clero era a autoridade máxima, e por conseguinte, o modelo econômico estava ligado a esse tipo de autoridade.

Com a chegada da Reforma protestante, houve um salto. As idéias dos reformadores provocaram não só uma alteração da visão teológica mas, também, de uma revolução acerca dos valores existentes da sociedade, bem como suas prática, entre elas o modelo ou sistema econômico. Dessa forma, a maneira de como se fazer negócios tinha, agora, uma nova perspectiva. A regulamentação não viria mais de uma visão sacra das coisas, mas sim de uma prática baseada nos princípios das Escrituras. A palavra de Deus era, assim, o fundamento para controlar a forma de se fazer negócios.

Nessas idéias propostas pela Reforma Protestante, está João Calvino como pioneiro na fomentação e divulgação. Calvino, por meio de suas obras, cartas e sermões, estabelece uma nova forma de circulação de bens e de um sistema econômico mais eficaz e ético. Esse sistema era baseado nos pressupostos bíblicos e, principalmente no sentido da funcionalidade e propósito do homem pelo qual foi criado. Calvino, portanto, colaborou, em muito, na idealização dessa nova forma de economia, dentro de princípios bíblicos e na justa distribuição, não só como teólogo mas também como um humanista que era. Princípio esse que regeu todo o seu pensamento, juntamente com a Palavra de Deus.

Entretanto, tais pressupostos calvinistas já não mais estão em voga na economia atual. A ética está em uma ladeira abaixo. Os valores humanos e da fraternidade. Estão praticamente em extinção. E isso, não só nos relacionamentos pessoais, mas

principalmente na maneira de se fazer negócios. A ética fora substituída pelo egocentrismo e pela avidez no lucro. A justa distribuição não existe, pois o acúmulo de capital está nas mãos de poucos. As grandes corporações tratam seus trabalhadores como máquinas, para produzirem cada vez mais. A vocação do trabalho não é mais valorizada. Dessa forma, temos um quadro terrível de uma sociedade capitalista.

Calvino não foi um administrador, nem um economista. Seus pensamentos jamais chegaram a ter essa pretensão. Mas sua colaboração para a implantação de desenvolvimento de uma sociedade mais ética e justa, essa foi sim uma de suas grandes colaborações. E essas colaborações deveriam ser novamente colocadas em prática, para que pudéssemos experimentar uma sociedade mais ética, justa e submissa ao Criador.

Referência Bibliográfica

BIÉLER, André. *A Força Oculta dos Protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

BIÉLER, André. *O Pensamento Econômico e Social de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 1990.

BIÉLER, André. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikumene, 1970.

CALVINO, João. *A Verdadeira Vida Cristã*. São Paulo: Editora Novo Século, 2000.

CALVINO, João. *Comentário à Sagrada Escritura – Velho Testamento – Livro dos Salmos*. Vol. I. São Paulo: Edições Paracletos, 1999.

CALVINO, João. *Comentário à Sagrada Escritura – Velho Testamento – Livro dos Salmos*. Vol. II. São Paulo: Edições Paracletos, 1999.

CALVINO, Juan. *Institución de la Religión Cristiana*. 5ª. Ed. Vol. I. Barcelona: FELIRE, 1999.

CALVINO, Juan. *Institución de La Religión Cristiana*. 5ª. Ed. Vol. II. Barcelona: FELIRE, 1999.

COSTA, Hermisten M. P. da. *Pensadores Cristãos: Calvino de A a Z*, São Paulo: Editora Vida, 2006.

COSTA, Hermisten M. P. da. *Raízes da Teologia Contemporânea*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

DELUMEAU, Jean. *La Reforma*. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

DOMMEN, Edward; BRATT, James D.. *John Calvin Rediscovered, The Impact of His Social and Economic Thought*. London: Westminster John Knox Press, 2007.

GRAHAM, W. Fred. *The Constructive Revolutionary, John Calvin & His Socio-Economic Impact*. Richmond: John Knox Press, 1971.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 17 Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média*. 3. Impressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Editora Gradiva, 1990.

PEYREFITTE, Alain. *A Sociedade de Confiança, Ensaio sobre as Origens e a Natureza do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PERES, Alcides Conjeiro. *O Catolicismo Romano Através dos Tempos*. Rio de Janeiro: JUERP, 1995.

PIRENNE, Henry. *Historia Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963.

PRADA, Valentin Vazquez de. *História Econômica Mundial*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 1968.

REID, W. Sanford (ed). *Calvino e Sua Influência no Mundo Ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

SILVA, Adepino Teixeira da Silva. *Economia e Mercados, Elementos de Economia*. São Paulo: Editora Atlas, 1978.

TAWNEY, R. H.. *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

TREVOR-ROPER, H. R.. *Religião, Reforma e Transformação Social*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1972.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.